



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

do Poder Judiciário
de Santa Catarina

Ciclo 2021 – 2026

Presidente
Desembargador João Henrique Blasi

1º Vice-Presidente
Desembargador Altamiro de Oliveira

2º Vice-Presidente
Desembargador Getúlio Corrêa

Corregedora-Geral da Justiça
Desembargadora Denise Volpato

Corregedor de Justiça do Foro Extrajudicial
Desembargador Rubens Schulz

Comitê de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação

Coordenador
**Desembargador Presidente
João Henrique Blasi**

Corregedora-Geral da Justiça
Desembargadora Denise Volpato

Juiz de Direito
Dr. Tanit Adrian Perozzo Daltoe

Diretor-Geral Administrativo
Alexsandro Postali

1º Vice-Presidente
**Desembargador
Altamiro de Oliveira**

Juiz Auxiliar da Presidência
Dr. Rafael Sandi

Diretor-Geral Judiciário
Maurício Walendowsky Sprícigo

Diretor de Tecnologia da Informação
Daniel Moro de Andrade

Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano de Transformação Digital

Alex Marcelo Poffo	CGJ	alex@tjsc.jus.br
Cassiano Reis	ASPLAN	cassiano@tjsc.jus.br
Ernani César dos Santos	DTI	ernani@tjsc.jus.br
João Anfiloquio Machado Júnior	ASPLAN	joao.machado@tjsc.jus.br
Prudente Candido Silva Neto	DGJ	prudente@tjsc.jus.br
Rafael Ulguim da Rosa Oliveira	ASPLAN	rafaeluro@tjsc.jus.br
Ramila Rossa	CGJ	ramilarossa@tjsc.jus.br
Rodrigo de Aguiar Damiani	Ouvidoria	rodrigo.damiani@tjsc.jus.br
Rodrigo Granzotto Peron	DGA	peron@tjsc.jus.br
Sirley Elisabeth Correa	DSJPG	sirley@tjsc.jus.br

Designação dos membros do grupo de trabalho no Processo n. 0019731-11.2021.8.24.0710. Convidados do grupo de trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação que colaboraram com a elaboração do Plano de Transformação Digital: Carla Veronica Gurgacz, Carlos Henrique Righetto Moreira, Diogo Luiz Bizatto, Eulésia de Souza, Gerson Bovi Caster, Giovanni Moresco, Juliana Pasinato e Patrick Padilha.

Legenda

ASPLAN	Assessoria de Planejamento
CGJ	Corregedoria-Geral da Justiça
DGA	Diretoria-Geral Administrativa
DGJ	Diretoria-Geral Judiciária
DSJPG	Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação

Histórico de Alterações

Versão	Data	Autor(es)	Descrição
1.0	22-5-2023	Grupo de Trabalho do PTD	Estruturação da Minuta do PTD
1.1	24-5-2023	Grupo de Trabalho do PTD	Introdução, Justificativa, Objetivos e Metodologia do PTD
1.2	23-6-2023	Grupo de Trabalho do PTD	Consolidação das informações obtidas a partir das reuniões de trabalho realizadas com o GT e convidados
1.3	27-6-2023	Grupo de Trabalho do PTD	Revisão da Minuta do PTD e envio para o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTI)
1.4	7-7-2023	Grupo de Trabalho do PTD	Revisão do PTD após aprovação do CGovTI

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	06
2. JUSTIFICATIVA	06
2.1 Atendimento à Resolução CNJ nº 370/2021	06
2.2 Realização dos Objetivos Estratégico e Plano de Gestão do PJSC	07
2.3 Melhoria da prestação jurisdicional, da governança corporativa e da gestão organizacional	08
2.3.1 Melhoria da prestação jurisdicional	08
2.3.2 Governança corporativa	08
2.3.3 Gestão organizacional	09
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS	10
4. FUNDAMENTAÇÃO	10
4.1 Dono do Produto ou Serviço	10
4.2 Etapas de um serviço	10
4.3 Serviço Digital ou Serviço Digitalizado?	11
4.4 Classificação dos Serviços	11
4.5 Por que os benefícios de uma transformação devem ser mensuráveis?	11
4.6 Mínimo Produto Viável	11
5. METODOLOGIA	12
6. VIGÊNCIA E REVISÃO DO PTD	13
7. DEFINIÇÃO DAS AÇÕES ESTRUTURANTES E DESDOBRAMENTO TÁTICO	13
7.1 Transformação digital de serviços	13
7.2 Integração de canais digitais	13
7.3 Interoperabilidade de sistemas	13
7.4 Estratégia de monitoramento	13
8. SERVIÇOS OFERECIDOS PELO TJSC	14
8.1 Visão geral	14
8.1.1 Estrutura e organização judiciária	14
8.1.2 Movimentação processual	15
8.1.3 Força de trabalho	16
8.1.4 Orçamento e finanças	17
8.1.5 Relações interinstitucionais	18
8.2. Ambição Digital	18
8.3 Análise dos serviços oferecidos pelo TJSC	18
8.3.1 Serviços físicos, digitalizados ou digitais	18

8.3.2 Transformação Digital de Serviços	28
8.3.3 Unificação de Canais Digitais	33
8.3.4 Interoperabilidade de Sistemas	33
8.3.5 Projetos ou ações concluídos	34

9. ESTRATÉGIA PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DIGITAIS	37
9.1. Implantação e melhoria dos Serviços	37
9.2. Sustentação dos Serviços	37
10. CRITÉRIOS DE CATEGORIZAÇÃO DE SERVIÇOS	38
11. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE SERVIÇOS	38
12. AMPLITUDE DA TRANSFORMAÇÃO	38
13. MATRIZ DE RISCO	38
14. CARTA DE SERVIÇOS À SOCIEDADE	39
15. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	40
16. ANEXOS	41
16.1 Anexo I: Links e referências interessantes sobre Transformação Digital	41

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Transformação Digital (PTD) tem por objetivo definir e acompanhar a execução de ações que buscam a melhoria da governança, da gestão e da colaboração tecnológica visando a efetivação da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 370, de 8 de janeiro de 2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

A transformação digital vai além da implementação de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC), trata-se de uma mudança cultural necessária para que os processos organizacionais estejam alinhados às mudanças tecnológicas, às ferramentas e recursos humanos disponíveis, portanto, o desenvolvimento de um PTD no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) não está restrito a ações no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), é um projeto multidisciplinar que deve envolver toda a Administração.

A criação deste PTD do PJSC utiliza como referência a metodologia sugerida pelo CNJ, na cartilha do Modelo de Plano de Transformação Digital (2021), nos PTDs dos Tribunais de Justiça Estaduais do Paraná, Tocantins e Minas Gerais – que estão disponíveis no Portal do CNJ – e no Plano de Projeto de Elaboração do Plano de Transformação Digital do PJSC disponível no processo administrativo nº 0019731-11.2021.8.24.0710.

2. JUSTIFICATIVA

A elaboração do Plano de Transformação Digital (PTD) e sua execução são necessárias devido à:

1. Determinação legal em atendimento à Resolução CNJ nº 370/2021
2. Realização dos Objetivos Estratégicos e Plano de Gestão do PJSC
3. Melhoria da governança, da gestão organizacional e da prestação jurisdicional.

2.1 Atendimento à Resolução CNJ nº 370/2021

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026), elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e normatizada pela Resolução CNJ nº 370/2021, estabelece um conjunto de ações para promover a melhoria da Governança, da Gestão e da Colaboração Tecnológica no âmbito do Poder Judiciário, visando direcionar e propiciar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade dos órgãos com o objetivo de maximizar os resultados com otimização de recursos.

Dentre os objetivos estratégicos da ENTIC-JUD, está a Promoção da Transformação Digital. De acordo com o Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (CNJ, 2021), promover a transformação digital trata do aperfeiçoamento dos resultados utilizando ferramentas tecnológicas disruptivas com o objetivo de otimizar os recursos humanos e aprimorar a eficácia na execução dos recursos financeiros, seguindo o princípio da economicidade processual e a satisfação dos usuários.

O art. 15 da Resolução CNJ nº 370/2021 estabelece que os órgãos do judiciário deverão elaborar o PTD, bem como, define requisitos mínimos a serem atendidos por este plano. O art. 21, inciso I, alínea b, do mesmo normativo indica aos órgãos a necessidade de manutenção de estrutura organizacional adequada e compatível ao macroprocesso de transformação digital.

[...]

Art. 15. Para a consecução dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), os órgãos elaborarão o seguinte instrumento de planejamento:

§ 1º Plano de Transformação Digital que conterá, no mínimo, as ações de:

I – transformação digital de serviços;

II – integração de canais digitais;

III – interoperabilidade de sistemas; e

IV – estratégia de monitoramento.

§ 2º O instrumento de planejamento de que trata o caput será:

I – elaborado pela unidade competente dos órgãos, respeitando as suas especificidades;

II – aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

§ 3º Os órgãos poderão elaborar conjuntamente seus Planos de Transformação Digital, estruturados de acordo com a área temática.

[...]

Art. 21. Cada órgão deverá constituir e manter estruturas organizacionais adequadas e compatíveis de acordo com a demanda de TIC considerando, no mínimo, os seguintes macroprocessos:

I – Governança e Gestão de TIC:

[...]

b) transformação digital, inovação e colaboração;

[...]

Importante destacar que o prazo estabelecido na ENTIC-JUD para execução das iniciativas de transformação digital, previstas no PTD elaborado pelo próprio órgão, é 1º de janeiro de 2025.

2.2 Realização dos Objetivos Estratégicos e Plano de Gestão do PJSC

A transformação digital vai além da implementação de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Trata-se de uma mudança cultural necessária para que os processos organizacionais estejam alinhados às mudanças tecnológicas, às ferramentas e recursos humanos disponíveis, portanto o desenvolvimento de um PTD no Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) não está restrito a ações no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), é um projeto multidisciplinar que deve envolver toda a organização.

Sendo assim, as ações previstas no PTD devem estar alinhadas ao plano de gestão do PJSC e aos objetivos estratégicos. No plano de gestão é previsto o emprego da tecnologia a fim de racionalizar a força de trabalho, em especial via atividades remotas, otimizando-se funções e atores subaproveitados, e a expansão de serviços oferecidos de forma virtual, como chatbots e outros, otimizando o aproveitamento do componente humano em outras atividades.

Criando um paralelo entre os itens supracitados do plano de gestão e ações previstas na Resolução CNJ n. 370/2021, pode-se inferir que esses itens estão diretamente relacionados à:

a. ações de transformação digital de serviços: aprimorar serviços que já são oferecidos digitalmente e digitalizar serviços que ainda são oferecidos somente presencialmente;

b. ações de integração de canais digitais: criar uma estratégia de integração dos canais de contato entre os atendentes (colaboradores) do Poder Judiciário e o público atendido (interno ou externo), por exemplo, por meio da implantação de uma ferramenta omnichannel;

c. ações de interoperabilidade de sistemas: criar ou otimizar as integrações entre os diferentes softwares (aplicativos de computador) e processos organizacionais; e

d. ações de estratégia de monitoramento: monitorar os serviços prestados digitalmente, avaliando a satisfação dos usuários e a capacidade de atendimento, entre outros indicadores.

Não obstante, essas mesmas ações estão relacionadas aos seguintes objetivos estratégicos: (i) aprimorar a prestação jurisdicional pela otimização da organização judiciária e da força de trabalho, sobretudo por meio dos avanços proporcionados pelos serviços digitais; e (ii) promover a transformação digital por meio do uso estratégico da tecnologia da informação e do fortalecimento da segurança da informação.

2.3 Melhoria da prestação jurisdicional, da governança corporativa e da gestão organizacional

2.3.1 Melhoria da prestação jurisdicional

“A organização é centrada na tecnologia ou centrada no usuário?” Essa pergunta define qual é o relacionamento da organização com a tecnologia, isto é, se ela é considerada o centro de todas as ações – as ferramentas ditam como o negócio funciona, os colaboradores têm pouca ou nenhuma responsabilidade sobre as suas ações e conhecem muito pouco das regras de negócio – ou se é vista como uma ferramenta facilitadora, que suporta processos de negócio gerenciados e executados por pessoas.

Sendo assim, transformar digitalmente não está exclusivamente associado às iniciativas de TI, mas, sim, ao entendimento da jornada dos usuários, visando atendê-los da melhor forma e entregar o maior valor possível. Para tanto, faz-se necessária a transformação dos processos, a integração e a implantação de ferramentas, a capacitação das pessoas e a melhoria contínua.

Logo, a transformação digital não se trata de digitalizar um serviço, mas, sim, de tornar os colaboradores digitais, familiarizados com as ferramentas disponíveis, atualizados com as principais tendências de mercado, capacitados na execução dos processos organizacionais e com domínio suficiente para propor melhorias.

2.3.2 Governança corporativa

Nos últimos 20 anos, organizações por todo o mundo vêm buscando a transformação digital com objetivo de reimaginar soluções para os desafios do negócio, com foco na criação de valor exponencial para os seus clientes e parceiros, utilizando tecnologias como Inteligência Artificial, Blockchain, Internet das Coisas (Internet of Things – IoT) e Automação de Processos com Robôs (Robotics Process Automation – RPA). No rol de organizações que utilizaram a tecnologia de forma disruptiva, transformando e agregando mais valor na forma de entregar produtos e serviços aos seus consumidores, estão Amazon, Tesla, Uber, Airbnb e Spotify.

Todavia, organizações mais tradicionais tendem a ter mais dificuldade para enfrentar um processo de transformação digital, pois possuem um legado de décadas, com tecnologias (softwares e outros equipamentos), processos e cultura já institucionalizados em cada um dos seus colaboradores. Neste ponto, o aprimoramento da governança corporativa com foco em iniciativas de transformação digital é delimitador para emergir novos modelos de realização do negócio suportados por essas e outras tecnologias exponenciais.

Ante o exposto, com base no relatório da National Association of Corporate Directors (NACD), *Governing Digital Transformation and Emerging Technologies: A Practical Guide*, a governança corporativa deve considerar os cinco princípios para governar a transformação digital e as tecnologias emergentes a seguir.

1. Abordar **tecnologias emergentes como solução estratégica**, e não apenas como uma visão operacional. O foco das soluções deve estar no valor que elas entregam ao usuário, e não nas tecnologias. As tecnologias, por sua vez, devem ser transformadoras, indo além das melhorias dos processos de negócio.

2. **Capacitar os colaboradores** para as tecnologias e metas de desenvolvimento. Os colaboradores devem ter domínio das tecnologias disponíveis e conhecimento das principais tendências de mercado; além disso, todos devem estar alinhados ao plano de transformação digital e às metas definidas pela organização.

3. **(Re-)alinhar a estrutura organizacional e a composição dos comitês e organismos de governança** para refletir a importância da tecnologia como impulsionadora do crescimento. É importante avaliar se a área de tecnologia da informação e comunicação possui a devida importância dentro da estrutura organizacional; além disso, se possui participação nos comitês e tomadas de decisão. Também é importante avaliar se há necessidade de coexistirem todos os comitês de tomada de decisão, ou se em alguns casos a decisão não pode ser centralizada em um único papel.

4. **Acompanhar frequentemente as iniciativas relacionadas à tecnologia da** informação e comunicação. É importante promover discussões sobre tecnologias emergentes e qual o impacto delas no negócio da organização. Além disso, é necessário acompanhar as iniciativas internas e definir indicadores para avaliar os resultados e impactos dessas ações no negócio.

5. Avaliar periodicamente a cultura da organização e a sua **prontidão para mudanças tecnológicas**.

2.3.3 Gestão organizacional

A utilização de ferramentas tecnológicas disruptivas parece colocar as organizações em posição de vanguarda quanto se trata da implementação da transformação digital. Todavia, as soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) compõem somente um dos pilares da organização, que são formadas por pessoas, processos e tecnologia. Portanto, a transformação digital também depende do treinamento e da motivação das pessoas para que se integrem e compreendam plenamente os processos, buscando a sua melhoria contínua e fazendo uso da tecnologia mais adequada e da forma correta.

É necessário entender que pessoas, processos e tecnologias são partes interdependentes de um conjunto e que equilibrar esses três componentes depende de um processo contínuo de aprendizagem e refinamento do pensamento sistêmico, em que mudanças em uma dessas partes acarretará efeito sobre as outras. Portanto as ações isoladas precisam estar devidamente integradas e ter um objetivo comum, pois a soma dos esforços de cada componente gera uma sinergia, em que a entrega final tem mais valor do que se somarmos cada entrega individualmente

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

A estruturação e a posterior execução deste Plano de Transformação Digital (PTD) auxiliarão o Poder Judiciário de Santa Catarina no atingimento do objetivo geral da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD 2021-2026), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução n. 370/2021, que propõe direcionadores e ações para a melhoria da governança, da gestão e da colaboração tecnológica no âmbito do Poder Judiciário, visando direcionar e propiciar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a economicidade dos órgãos, com o objetivo de maximizar os resultados com otimização de recursos.

Já no tocante aos objetivos específicos, a constituição do Plano de Transformação Digital pretende fomentar a transformação de serviços prestados pelo TJSC que tenham potencial para:

- I) ser efetivamente digitais;
- II) integrar e unificar canais de atendimento e prestação de serviço; e
- III) incrementar a interoperabilidade de soluções e sistemas computacionais.

Destaca-se também como objetivo específico a concepção da estratégia de monitoramento das ações previstas no PTD e dos serviços digitais.

4. FUNDAMENTAÇÃO

Antes de detalhar a metodologia para elaboração do PTD, faz-se necessário o alinhamento sobre alguns conceitos. Nesta seção são apresentados conceitos importantes para a realização dessa atividade.

4.1 Dono do Produto ou Serviço

O dono do produto ou serviço (dono do produto) é a pessoa ou comitê responsável por definir a estratégia de transformação digital e os requisitos negociais de um serviço, gerenciar e participar ativamente das ações de transformação digital, estar alinhado à priorização das ações de acordo com o PTD. O dono do produto deve ter em mente que todas as suas decisões devem estar fundamentadas nas necessidades e expectativas dos usuários finais, nas diretrizes e nos objetivos estratégicos da organização e no PTD.

4.2 Etapas de um serviço

Etapas de um serviço são eventos significativos que representam um conjunto de atividades (ou tarefas) que compõem um serviço. Assim como ilustra a Figura 1, em uma plataforma de e-commerce o serviço de venda é descrito em 5 etapas, porém, para a realização dessas etapas, são executadas várias outras atividades ou tarefas.

STATUS DO PEDIDO



Figura 1. Etapas de um pedido de compra

4.3 Serviço Digital ou Serviço Digitalizado?

Tanto o serviço digital quanto o digitalizado são oferecidos por meios da internet ou outros canais digitais, como aplicativos móveis ou plataformas online. A diferença é que o serviço digital foi projetado para ser fornecido exclusivamente de forma digital, e não há correlação com processos já estabelecidos para serviços físicos, isto é, passaram pelo processo de transformação digital. Já os serviços digitalizados são aqueles que foram adaptados para serem fornecidos por meio de canais digitais e podem envolver componentes físicos.

Exemplos de serviços digitais são as plataformas de streaming de áudio (Spotify) e aplicativos de transporte (Uber). Exemplos de serviços digitalizados são formulários eletrônicos que substituem os formulários físicos, mas que não trazem mais eficiência ou efetividade na realização do processo; ou ainda, softwares que repetem um processo de negócio em meio digital, da mesma forma como era executado no meio físico. Sendo assim, serviços digitalizados também devem ser alvo do PTD.

4.4 Classificação dos Serviços

Os serviços são classificados em:

- serviço físico: ocorre na sua totalidade (ou quase a sua totalidade) por meio físico e/ou presencial;
- serviço digitalizado: pode ocorrer na sua totalidade por meio digital, porém é uma cópia de um serviço físico ou presencial anteriormente prestado pelo órgão; ou, ainda, é um serviço que possui algumas etapas significativas já oferecidas por meio digital e outras de forma física ou presencial; e
- serviço digital: foi projetado para ser oferecido exclusivamente de forma digital.

4.5 Por que os benefícios de uma transformação devem ser mensuráveis?

Os benefícios esperados da transformação digital de um serviço devem ser estabelecidos a partir de indicadores mensuráveis devido às seguintes razões:

- avaliar o sucesso da transformação digital;
- justificar os investimentos realizados;
- promover a melhoria contínua dos processos, a evolução das ferramentas e a capacitação das pessoas;
- aprimorar a tomada de decisão por meio de informações que poderão orientar a Administração em ações futuras; e possibilitar que, durante o acompanhamento da implementação da transformação, caso os benefícios esperados não estejam sendo alcançados, os objetivos da ação possam ser revistos, evitando que o resultado seja um projeto malsucedido.

4.6 Mínimo Produto Viável

Um mínimo produto viável (MPV) é uma versão beta de um produto disponibilizado aos usuários. O MPV geralmente contém apenas os recursos e funcionalidades básicos, necessários para resolver o problema do usuário e entregar o valor esperado.

O objetivo por trás de um MPV é validar uma proposta de solução, testar a sua aceitação e coletar feedbacks para aprimoramentos futuros. A partir do feedback recebido, os desenvolvedores podem ajustar e aprimorar o produto para atender melhor às necessidades do público.

As principais vantagens de um MPV são a redução de custos e riscos de desenvolvimento, feedback mais rápido dos usuários e lançamento mais rápido do produto.

5. METODOLOGIA

Em linha com a metodologia proposta na cartilha do Modelo de Plano de Transformação Digital do CNJ (2021), várias recomendações foram realizadas para a concepção do PTD do PJSC, tais como (a) constituir um grupo de trabalho multidisciplinar, (b) identificar os serviços oferecidos por esta Corte que tenham potencial para (i) ser efetivamente prestados no formato digital, (ii) unificar canais de atendimento e prestação de serviço e (iii) integrar soluções computacionais, e (c) avaliar esses serviços na cadeia de valor.

A estruturação do PTD do PJSC também levou em conta documentos orientadores, como o PDTIC e o processo deliberativo e as decisões do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGovTI), expressas nos Roadmaps de 2022.2 e 2023.1 de projetos da DTI, procurando dar uniformidade e harmonia aos processos e instrumentos estratégicos e norteadores.

Dessa forma, para o estabelecimento da estratégia de transformação digital, retratada neste PTD, foram realizadas as seguintes ações no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

1. instrução de processo administrativo com motivação, solicitação de formação do grupo de trabalho (GT) multidisciplinar e apresentação do trabalho já realizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e as contribuições da Assessoria de Planejamento (Processo n. 0019731-11.2021.8.24.0710);

2. constituição do GT (Processo n. 0019731-11.2021.8.24.0710);

3. realização de reunião de abertura do projeto para: apresentar a proposta de estruturação do PTD; delegar as atividades de composição dos capítulos do PTD entre os membros da equipe multidisciplinar; orientar a metodologia utilizada para análise dos serviços oferecidos pelo TJSC;

4. análise dos serviços à luz da cadeia de valor do PJSC, disponível em www.tjsc.jus.br/web/gestao-estrategica/gestao-de-processos/cadeia-de-valor;

5. elaboração da primeira versão do PTD;

6. identificação e realização da análise dos serviços oferecidos pelo TJSC;

7. alinhamento das oportunidades de transformação digital dos serviços oferecidos ao Roadmap de projetos de TI;

8. elaboração da versão final da minuta do PTD;

9. aprovação do PTD pelo CGovTI

10. encaminhamento e publicação do PTD nos portais do TJSC e do CNJ; e

11. definição dos processos de monitoramento e revisão do PTD:

a. o monitoramento da execução do PTD está previsto para ser realizado mensalmente, nas reuniões de acompanhamento do Roadmap de projetos;

b. a revisão do PTD está prevista para ser realizada semestralmente, no mesmo período em que será realizado o planejamento do próximo ciclo do Roadmap de projeto de TI.

6. VIGÊNCIA E REVISÃO DO PTD

O PTD do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, vigente para período de 2021-2026, será objeto de revisão semestral, buscando adequações à realidade e evolução institucional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, às demandas da sociedade e às mudanças do Judiciário, mantendo aderência à ENTIC-JUD.

A periodicidade da revisão é oportuna em razão do processo deliberativo já vivenciado pelo CGovTI, o qual, em seu turno, orienta os Roadmaps semestrais de projetos da Diretoria de Tecnologia da Informação.

7. DEFINIÇÃO DAS AÇÕES ESTRUTURANTES E DESDOBRAMENTO TÁTICO

Conforme disposto na Resolução CNJ n. 370/2021, que estabelece o ENTIC-JUD, as ações estruturantes do PTD devem contemplar, no mínimo, (i) a transformação digital de serviços, (ii) a integração de canais digitais, (iii) a interoperabilidade de sistemas e (iv) a estratégia de monitoramento.

Ressalta-se que a cartilha do Modelo de Plano de Transformação Digital do CNJ (2021) orienta ainda que as ações estruturantes supracitadas devam observar e realizar ganhos de escala, reúso, padronização, integração e aquisições conjuntas com outros órgãos do Judiciário.

7.1 Transformação digital de serviços

Compreende as ações de aprimoramento tecnológico de serviços digitais já disponíveis e a disponibilização de novos serviços digitais. O desdobramento das ações nessa área consta no item 8.3.2 deste plano.

7.2 Integração de canais digitais

Contempla as ações que visam à unificação de canais de atendimento digital do PJSC. O desdobramento das ações nessa área consta no item 8.3.4 deste plano.

7.3 Interoperabilidade de sistemas

Envolve a integração, interna e externa, de sistemas a dados corporativos, tais como eproc 1º e 2º Grau, ERP, SEII, etc., com outros sistemas e plataformas, como PDPJ-Br, SEEU, sistemas de cartórios extrajudiciais e de bancos. O desdobramento das ações nessa área consta no item 8.3.5 deste plano.

7.4 Estratégia de monitoramento

O monitoramento do PTD será dividido em dois momentos, compreendendo (i) a implantação e melhoria dos serviços e (ii) a sustentação dos serviços. Ações nesta área constam no item 9 deste plano.

8. SERVIÇOS OFERECIDOS PELO TJSC

8.1 Visão geral

8.1.1 Estrutura e organização judiciária

O PJSC está organizado, na sua estrutura judicial, em 112 comarcas instaladas, com 380 varas aí distribuídas, unidades regionais e de cooperação, bem como 5 Turmas Recursais. No 2º grau, a organização conta com 94 desembargadores, além de outras estruturas, conforme mostrado no Infográfico 1.

O mesmo diagrama apresenta detalhes sobre a estrutura administrativa e de apoio.

Estrutura Organizacional

Capilaridade nos 295 municípios de Santa Catarina



Infográfico 1. Estruturas Judiciária, Administrativa e de apoio

O Infográfico 2. detalha a estrutura judiciária com os números da organização judiciária de 1º e 2º graus.

Organização Judiciária

1º Grau:

380

Varas, sendo:

- 92 exclusivamente de competência cível
- 50 de competência plena (únicas)
- 31 exclusivamente de competência criminal
- 21 exclusivamente de juizado especial cível
- 14 de infância e juventude + idoso e/ou família
- 12 de juizado especial com competência cumulativa
- 8 exclusivamente de competência em execução penal
- 6 exclusivamente de competência em infância e juventude
- 1 exclusivamente de competência em violência doméstica
- 1 exclusivamente de juizado especial criminal
- 1 exclusivamente de juizado especial da fazenda pública
- 143 com competência cumulativa

5

Turmas, sendo:

- 3 Turmas Recursais
- 1 Turma de Uniformização
- 1 Turma de Incidentes

2º Grau:

Tribunal Pleno: 94 Desembargadores

Órgão Especial: 25 Desembargadores

1

Seção Criminal

5

Grupos de Câmaras, sendo:

- 2 Grupos de Direito Criminal
- 1 Grupo de Direito Civil
- 1 Grupo de Direito Comercial
- 1 Grupo de Direito Público

23

Câmaras, sendo:

- 7 Câmaras de Direito Civil
- 5 Câmaras de Direito Comercial
- 5 Câmaras de Direito Público
- 5 Câmaras de Direito Criminal
- 1 Câmara de Recursos Delegados

Infográfico 2. Organização Judiciária

8.1.2 Movimentação processual

Na análise dos dados de entrada e julgamento, observa-se a ocorrência de 1.384.282 processos novos no ano de 2022, com um julgamento de 1.336.516 processos, conforme apresentado pelo Gráfico 1. O Estado apresenta alta taxa de litigiosidade, algo em torno de um processo para cada 5,5 habitantes, em média. Acompanha o mesmo movimento a curva de julgamentos, resultante de uma produtividade de 2.526 processos por magistrado.

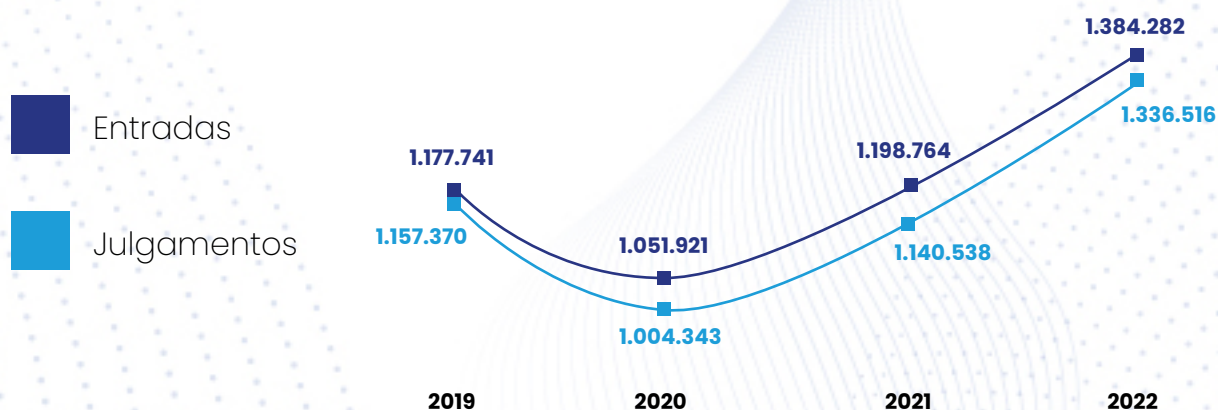


Gráfico 1. Entradas e julgamentos

Ao analisarem-se dados sobre o acervo, conforme apresentado pelo Gráfico 2, observa-se que o acervo total vem apresentando um padrão contínuo de queda, com uma redução acumulada de 3% de 2019 para 2022. A acervo total ao final de 2022 estava em 3.402.970 processos, sendo 2.547.287 formando o acervo líquido.

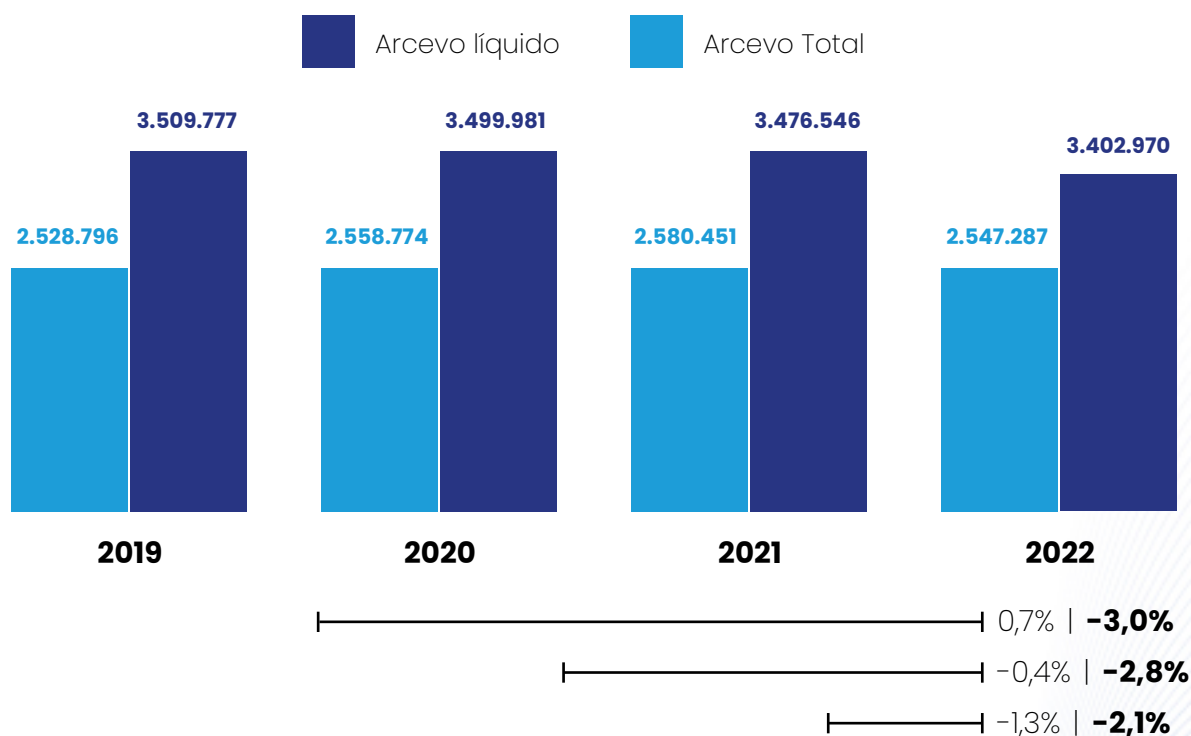


Gráfico 2. Acervo

Para uma análise separada por instância, o Gráfico 3 traz os casos novos, julgamentos e o acervo líquido para o 1º Grau, os Juizados Especiais, as Turmas Recursais e o 2º Grau, referentes ao ano de 2022.

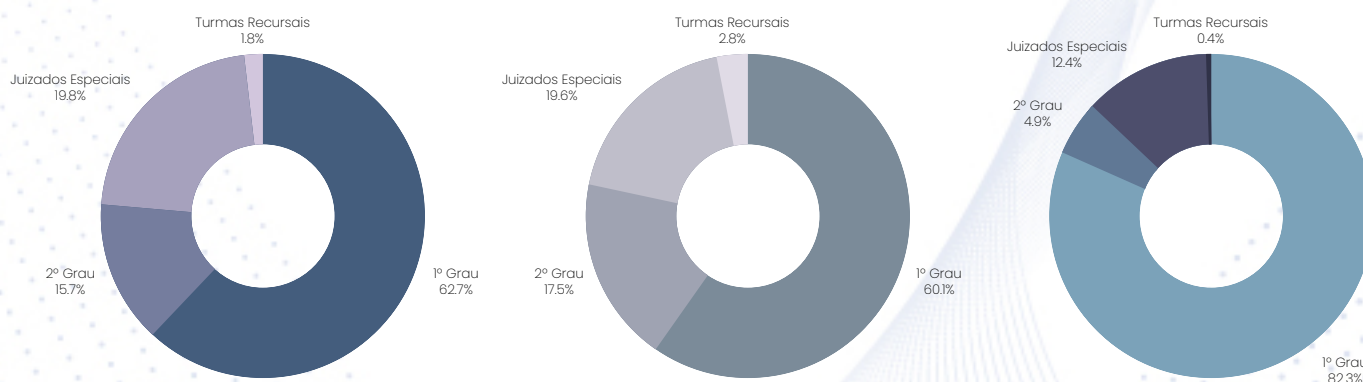
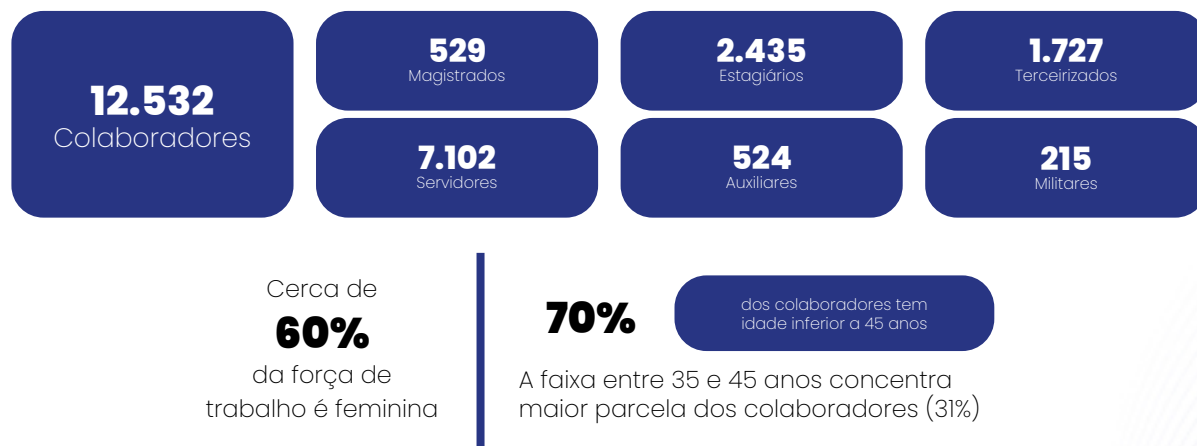


Gráfico 3. Movimentação por instância

8.1.3 Força de trabalho

A força de trabalho do PJSC é compreendida por um total de 12.532 colaboradores, sendo que desses 529 são magistrados, 7.102 colaboradores e 4.901 estagiários, auxiliares, terceirizados ou militares. Cerca de 60% dessa força de trabalho é composta por mulheres. Em termos de idade, 8.772 colaboradores têm menos de 45 anos, sendo a maior parte situada entre os 35 e os 45 anos. Com relação à formação, 73% têm ensino superior, mestrado ou doutorado. O Infográfico 3 apresenta essas informações.

Força de Trabalho

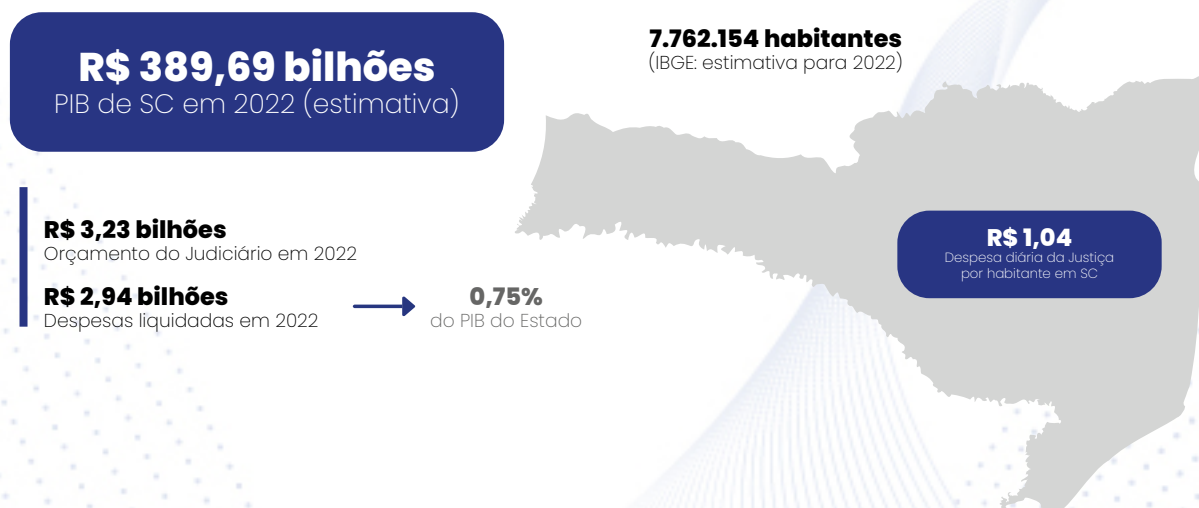


Infográfico 3. Força de Trabalho

8.1.4 Orçamento e finanças

O Infográfico 4 resume alguns dados sobre as finanças do PJSC, assim como sua relação com o PIB. Observa-se, a título de informação, que a despesa diária da Justiça estadual em 2022 foi de R\$ 1,04 por habitante de Santa Catarina.

Orçamento e Finanças



Infográfico 4. Orçamento e Finanças

8.1.5 Relações interinstitucionais

O PJSC financia outras necessidades públicas do Estado e dinamiza a economia a partir da emissão dos alvarás judiciais e precatórios. O Infográfico 5 apresenta algumas das informações referentes a esse movimento.

Repasse orçado para 2023

R\$ 250 milhões
previsão de repasses para
finalidades públicas

- **R\$ 66,64 milhões:** Ministério Público de SC
- **R\$ 61,75 milhões:** Assistência Judiciária Gratuita
- **R\$ 61,75 milhões:** Fundo Penitenciário
- **R\$ 60,67 milhões:** Cartórios Extrajudiciais

Injeção de recursos na economia:

R\$ 5,15 bilhões
oriundos de alvarás judiciais
e precatórios em 2022

- **R\$ 4,3 bilhões em Alvarás Judiciais**
- **R\$ 528 milhões em Precatórios Estaduais**
- **R\$ 332 milhões em Precatórios Municipais**

Infográfico 5. Repasses e injeção de recursos na economia

8.2. Ambição Digital

Visando ampliar o debate acerca da temática Transformação Digital, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina buscou o apoio de consultoria externa com a empresa Gartner Group. Nestes trabalhos, foram realizados 3 workshops, nos dias 27/02, 27/03 e 22/05, em que foram discutidas visões acerca da Ambição Digital do Judiciário Catarinense. Contaram, ao total, com a participação ativa de mais de 50 magistrados e servidores. Resultante destes debates, foi concebida a seguinte declaração de Ambição Digital do Poder Judiciário de Santa Catarina:

O Poder Judiciário de Santa Catarina está se tornando uma instituição cada vez mais próxima das pessoas e que utiliza as tecnologias digitais para prestar um atendimento rápido, acessível, eficiente, com empatia e sensibilidade.

Saberemos que estamos progredindo quando julgarmos mais casos do que recebemos e, em menos tempo, fortalecermos e ampliarmos a oferta de conciliação e mediação, aprimorarmos os canais e a forma de comunicação com a sociedade e a nossa força de trabalho estiver dedicada a atividades mais intelectuais e menos repetitivas.

O sucesso será medido pela diminuição da duração média do processo judicial, pela redução do acervo processual, pela avaliação da satisfação da sociedade e dos servidores, pelo aumento da produtividade dos magistrados e servidores e pela redução dos custos da atividade.

A declaração ressalta a expectativa e crença dos membros do TJSC de que os meios e tecnologias digitais têm em efetivamente transformar a prestação de serviços, promovendo uma atuação e atendimento mais céleres e eficientes, e ampliando a acessibilidade.

8.3 Análise dos serviços oferecidos pelo TJSC

8.3.1 Serviços físicos, digitalizados ou digitais

Na Tabela 1 são identificados serviços, oferecidos ou não pelo TJSC, em uma das classes (físico, digitalizado ou digital), e oportunidades de criação de novos serviços ou transformação digital de serviços já existentes, tanto para o público externo quanto para o público interno. Esta tabela servirá de base para a proposição das ações de transformação digital.

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
1. Autenticação de usuários externos e internos	5.3. Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Autenticar usuários para acessar demais serviços e aplicações do PJSC onde a identificação do usuário é necessária.	- Ter um login único para todas as aplicações e integrado com a plataforma Gov.Br - Manter estrutura centralizada para realizar autenticação de usuários internos e externos ao PJSC. - Implantar no PJSC a autenticação de dois fatores (2FA) para o acesso à VPN, Office 365 e eproc. - Implantar a funcionalidade de duplo fator de autenticação da versão 8.6 do eproc. - Aumentar a segurança do acesso aos servidores de desenvolvimento, homologação ou produção por parte dos desenvolvedores abolindo o uso de logins compartilhados.	Não	De canal	Digital
2. Portal de Serviços	4.2 Gestão de Serviços Compartilhados > Gestão de Serviços de Suporte Administrativo	Oferecer ferramenta para atendimento e gestão de solicitações de usuários internos de ofertas de um catálogo predefinido.	- Expandir Portal de Serviços para os TSIs. - Habilitar ferramenta de gestão de conhecimento para agilizar atendimentos. - Habilitar no Portal de Serviços ofertas relacionadas à operação e sustentação do portal institucional. - Garantir que a grade de serviços de TI no SCCD seja adequada às necessidades dos usuários.	Não	De canal	Digital
3. Emissão de alvará de depósitos judiciais	12.7. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Gestão de Custas e Depósitos Judiciais	Liberar valores que estão depositados no Sidejud.	- Permitir ao advogado solicitar, por meio de formulário, a emissão de alvará de liberação de valores. - Permitir que somente assessores vinculados a um Magistrado na Comarca e Vara onde atuam, possam autorizar a liberação dos alvarás do Sidejud.	Não	Judiciais	Digitalizado
4. Consulta de informe de rendimentos	12.6. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Serviços de Atendimento ao Cidadão	Informar usuário de valores recebidos em um determinado exercício.	- Permitir ao jurisdicionado emitir informe de rendimentos de valores provenientes de ações judiciais.	Não	Judiciais	Digitalizado
5. Consulta de extrato de depósito judicial	12.7. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Gestão de Custas e Depósitos Judiciais	Gerar relatório com extrato de depósitos judiciais realizados em uma subconta.	- Permitir consultar diretamente pelo eproc o extrato das subcontas relacionadas a um processo.	Não	Judiciais	Digitalizado
6. Integração com o eSocial - Informar retenção de INSS na justiça gratuita	17. Acompanhamento Orçamentário e Gestão Financeira > Prestação de Contas	Possibilitar aos peritos e advogados atuantes na justiça gratuita informar os valores referentes a retenções de INSS.	- Prover controle dessas informações via sistema, evitando a geração de planilhas paralelas, tendo a informação disponível para uso em integrações para envio ao eSocial.	Não	De interoperabilidade	Digitalizado
7. Consulta de processos findos	11.2. Reconhecimento da Demanda > Serviços aos Cidadãos	Permitir aos interessados consultar processos que foram findos nos sistemas judiciais eletrônicos (SAJ ou eproc) ou no arquivo.	- Oferecer funcionalidade no eproc que permita consultar os processos findos do SAJ sem precisar solicitar este acesso às comarcas ou pesquisar em outros sistemas.	Não	Judiciais	Digitalizado
8. Consumo de serviços disponibilizados na PDPJ-Br	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Permitir que o sistema judicial eletrônico (eproc) esteja conectado à PDPJ-Br.	- Implementar integração dos serviços SSO (autenticação), Marketplace e Notificações.	Sim	De interoperabilidade	Digital

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
9. Integração com o ERP - Proteger magistrados e servidores em situação de risco decorrente do exercício da atividade funcional	4.4. Gestão de Serviços Compartilhados > Gestão de Serviços de Segurança Patrimonial e de Pessoas	Planejar e executar atividade profissional de proteção de magistrados, seus familiares e de servidores em situação de risco decorrente do exercício da atividade funcional.	- Disponibilizar ao NIS webservices para que o sistema de inteligência desenvolvido possa acessar os dados funcionais de magistrados e servidores. - Tornar o processo de atendimento aos Magistrados e Servidores pelo NIS mais célere e eficaz.	Não	De interoperabilidade	Digitalizado
10. Atendimento telefônico	12.6. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Serviços de Atendimento ao Cidadão	Permitir aos usuários externos do PJSC entrar em contato com as áreas por meio de chamadas telefônicas.	- Disponibilidade de ferramenta tecnológica que permita gerar um protocolo quando realizado o atendimento telefônico, como também a possibilidade de gravação automática das ligações	Não	De canal	Digitalizado
11. Admissibilidade de Recursos Especiais	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Permitir aos interessados questionar uma decisão proferida por tribunais de segunda instância (TJs ou TRFs) e que se pretende levar à apreciação do Superior Tribunal de Justiça (STJ).	- Integrar o eproc ao sistema do STJ para, no caso de recurso especial, enviar o processo de forma automatizada.	Sim	Judiciais	Digitalizado
12. Distribuição processual	12.4. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Serviços Cartorários	Disponibilizar classificadores treinados com técnicas de IA para sugerir assuntos judiciais e classes processuais.	- Aperfeiçoar a distribuição com identificação mais precisa do assunto judicial. - Permitir maior assertividade nos mecanismos de triagem de processos que são filtrados a partir da classe e assunto judicial.	Não	Judiciais	Digital
13. Integração do eproc com o SISP/Polícia Civil	12.4. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Serviços Cartorários	Realização de peticionamento do SISP no eproc via MNI.	- Contribuir para uma visão mais positiva do PJSC frente a entes externos. - Permitir que o Colegiado de Segurança Pública inicie processos no eproc utilizando seu próprio sistema.	Sim	De interoperabilidade	Digital
14. Telefonia móvel	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Disponibilizar serviço de telefonia móvel para Desembargadores, cargos de representação e áreas do TJSC que realizam plantão.	- Aprimorar a segurança da informação dos dispositivos móveis dos Desembargadores.	Não	Administrativos	Digitalizado
15. Repositório de documentos digitais	4.3.4. Gestão de Serviços Compartilhados > Gestão de Serviços de Documentação > Arquivamento, Desarquivamento e Rearquivamento de Processos e Documentos	Garantir a preservação e acesso seguro a documentos digitais de valor histórico e administrativo, incluindo a gestão eficiente de registros, a conformidade com regulamentos arquivísticos, a facilitação da pesquisa e o fornecimento de informações confiáveis e atualizadas para a tomada de decisões.	- Implantar no TJSC uma ferramenta de Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq.	Sim	Administrativos	Digitalizado
16. Selo digital	12.6. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Serviços de Atendimento ao Cidadão	Garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica dos documentos eletrônicos utilizados nos registros cartoriais.	- Criar uma aplicação que: recebe os dados gerados pelo Sistema de Ressarcimento, disponibiliza um formulário para que sejam preenchidos os campos requeridos pela DOF e envia o arquivo para o ERP.	Sim	Judiciais	Digital

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
17. Votação digital	5.2. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Provimento de Sistemas Computacionais	Realização de votações em ambiente digital em eventos, sessões e para eleição de representantes em comitês, comissões, para ocupar cargo ou função público em outros órgãos, para preenchimento de vaga do quinto constitucional etc.	- Disponibilizar ferramenta que permita realizar votações por usuários externos ao PJSC, atualmente o Sistema de Voto Eletrônico permite somente que usuários cadastrados na rede interna do PJSC votem.	Não	Administrativos	Digital
18. Gestão da academia judicial	6.3.11. Gestão do Capital Humano > Gestão da Vida Funcional > Desenvolvimento de Pessoal > Formação e Aperfeiçoamento	Possibilitar à Academia Judicial o gerenciamento de cursos/eventos.	- Aquisição de novo sistema, mais adequado às necessidades da Academia Judicial e com mais automações.	Não	Administrativos	Digitalizado
20. Formulário Eletrônico	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Gerenciamento de formulários eletrônicos.	- Migrar os formulários que estão em ferramentas legadas para este padrão, padronizando os formulários, acelerando as manutenções e padronizando a comunicação com usuários internos e externos.	Não	Administrativos	Digitalizado
21. Gestão de custos	1.5. Acompanhamento Orçamentário e Gestão Financeira > Acompanhamento Orçamentário e Financeiro	Controlar e otimizar os gastos e despesas, visando maximizar a eficiência operacional e a rentabilidade.	- Disponibilizar relatório para a consulta de dados históricos do sistema legado de custos, que foi substituído pelo ERP.	Não	Administrativos	Digitalizado
22. Business Intelligence	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Fornecer <i>insights</i> e análises baseados em dados para apoiar a tomada de decisões estratégicas e operacionais.	- Integrar o BI ao novo ERP para manter em funcionamento os painéis já desenvolvidos que integravam com o SRH (sistema legado de gerenciamento de pessoas) - Desacoplar a infraestrutura necessária para o provimento do serviço de Analytics da contratação de serviços de desenvolvimento de ETLs, painéis e consultoria. - Reduzir os riscos de interrupção de serviço, em uma eventual mudança de empresa fornecedora de serviços e infra. - Dar à equipe da DTI do PJSC mais conhecimento sobre toda a estrutura tecnológica necessária para o provimento do serviço de Analytics no PJSC. - Maior estabilidade no provimento do serviço de Data Warehouse, e ganho de desempenho no processamento das cargas diárias.	Não	De interoperabilidade	Digital
23. Integração com ERP - Integrar módulos do sistema legado	4.4. Gestão de Serviços Compartilhados > Gestão de Serviços de Segurança Patrimonial e de Pessoas	Continuidade dos serviços do PJSC suportados por sistemas legados.	- Criar API a ser consumida por todos os sistemas legados com os serviços necessários para integração com o ERP.	Não	De interoperabilidade	Digital

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
24. Manutenção do Sistema de Processo Judicial Eletrônico	5.2. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Provimento de Sistemas Computacionais	Manter o sistema de processo judicial eletrônico e implantar funcionalidades da versão nacional.	- Manter o eproc sempre na última versão para facilitar a atualização. - Manter o core da versão do eproc do TJSC equalizado com a versão nacional.	Não	Judiciais	Digital
25. Integração com sistemas administrativos, de apoio judicial e judiciais.	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Manter infraestrutura computacional para prover serviços que permitam realizar a interoperabilidade entre softwares e plataformas de serviços de software internos e externos.	- Instalar no PJSC um gateway de API.	Não	De infraestrutura	Digitalizado
26. Manutenção e versionamento de códigos-fonte de aplicações desenvolvidas pelo PJSC ou em parceria com outros entes.	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Manter infraestrutura computacional para prover serviço de repositório de código-fonte que permita o compartilhamento de código, o versionamento, a integração com ferramentas de integração contínua e a implantação de práticas de <i>DevOps</i> .	- Unificar os repositórios de código-fonte do PJSC.	Não	De infraestrutura	Digital
27. Plataforma de escritório em nuvem	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Oferecimento de serviço de comunicação interna, armazenamento de arquivos, gestão de equipes, e-mail corporativo e aplicativos de edição de texto, planilha eletrônica e apresentação.	- Implantar a plataforma Microsoft 365.	Não	Administrativos	Digital
28. Log de aplicações	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Manter e oferecer ferramenta de consulta de logs de aplicação utilizando <i>ElasticSearch</i> .	- Capacitar áreas de desenvolvimento para a implantação do <i>Kibana</i> . - Adequar eproc para lançar os eventos de log no <i>Kibana</i> .	Não	De infraestrutura	Digital
29. Teste automatizado de produtos de software	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Manter infraestrutura de software e ferramentas necessárias para especificação, implementação e execução de testes automatizados de software.	- Implantar testes automatizados no eproc.	Não	De infraestrutura	Digital
30. Autorização de usuários para acesso aos produtos de software	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Prover solução de gestão de perfis de acesso e autorizações aos usuários para realizar ações dentro de um determinado produto de software ou serviço institucional.	- Implantar uma ferramenta de gestão de autorizações.	Não	De infraestrutura	Digital

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
31. Desenvolvimento de solução de Inteligência Artificial	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Prover infraestrutura de hardware e software necessária para desenvolvimento de soluções utilizando tecnologias de inteligências artificial.	- Organizar e controlar as versões dos modelos de Inteligência Artificial para permitir a evolução gerenciada.	Não	De infraestrutura	Digital
32. Manutenção dos softwares das estações de trabalho do PJSC	5.3. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Provimento de Infraestrutura Tecnológica	Manter as estações de trabalho com versões atuais e homologadas do sistema operacional e demais softwares.	- Implantar o <i>intunes</i> para manter, mesmo as estações de trabalho não conectadas na rede interna do PJSC atualizadas. - Atualizar todos os computadores para a versão 11 do Windows.	Não	De infraestrutura	Digital
33. Gestão de riscos de projetos de TI	5.6. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Gestão de Políticas e Diretrizes Operacionais de TI	Manter um <i>framework</i> com boas práticas e processos de gestão de riscos de projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação.	- Identificação, priorização e tratamento dos riscos de TI com base em critérios técnicos objetivos em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 31000. - Capacitação da equipe técnica para promoção da expertise em gestão de riscos de TI.	Não	De governança	Digitalizado
34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	5.6. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Gestão de Políticas e Diretrizes Operacionais de TI	Manter arcabouço de solução de software e processos que permitam governar e gerenciar ações, serviços ou produtos de tecnologia da informação e comunicação.	- Atualizar o ambiente tecnológico do Redmine e transferir a manutenção da ferramenta para a DAS. - Centralizar a administração do Redmine na DAGG/SPPP. - Revisar perfis e permissões no Redmine. - Eliminar campos de dados dos projetos que não são utilizados. - Criar um modelo de visão consolidado em uma linha do tempo dos projetos e ações de TIC. - Assegurar a existência de recursos para execução dos projetos e ações planejados para um Roadmap. - Realizar planejamento semestral dos projetos e ações de TIC e acompanhá-los mensalmente. - Criar um mecanismo de governança para regular as ações de planejamento e monitoramento da execução dos projetos e ações de TIC. - Identificar e propor oportunidades de melhorias no fluxo de atendimento da operação da DSJ.	Não	De governança	Digital
35. Gestão de aquisições e contratos de TIC	5.6. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Gestão de Políticas e Diretrizes Operacionais de TI	Manter arcabouço de solução de software e processos que permitam governar e gerenciar aquisições e contratações de produtos ou serviços de tecnologia da informação e comunicação.	- Adequar os processos de trabalho aos requisitos legais dispostos pelo CNJ. - Disponibilizar os artefatos gerados na fase de planejamento da contratação no sítio do TJSC. - Adequar o modelo de DOD para atender as necessidades internas da DTI, eliminando informações que já constam do PCA. - Auxiliar a tomada de decisão, o controle orçamentário (empenhos) e os ajustes orçamentários ao longo do ano.	Não	De governança	Digital
36. Gestão de ativos de TIC	5.6. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Gestão de Políticas e Diretrizes Operacionais de TI	Manter arcabouço de solução de software e processos que permitam governar e gerenciar ativos de tecnologia da informação e comunicação.	- Ter um processo de gerenciamento de ativos de TIC definido. - Implantar o processo de gerenciamento de ativos de TIC (hardware) na Central de Atendimento para uso na Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC (DSGA).	Não	De infraestrutura	Digitalizado

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
37. Redes de comunicação de dados	5.3. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Provimento de Infraestrutura Tecnológica	Manter a rede de dados do PJSC segura e em funcionamento.	- Prover redes de comunicação com alta disponibilidade em todas as unidades do PJSC. - Melhorar o diagnóstico de incidentes e problemas na rede. - Melhorar a gestão da rede de comunicação do PJSC. - Disponibilizar acesso à rede de internet sem fio aos visitantes do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. - Atualizar solução de firewall. - Aquisição de uma ferramenta que automatize a descoberta automática da topologia de redes. - Aquisição de hardware e softwares para melhoria e ampliação da solução de monitoramento de desempenho de rede. - Ampliar o escopo da solução de visibilidade de redes, permitindo a coleta de tráfego em outros pontos, que hoje não estão sendo monitorados de forma completa.	Não	De infraestrutura	Digitalizado
38. Pagamento de Requisições de Pequeno Valor	12.8. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Gestão de Precatórios	Quitar as dívidas decorrentes de decisões judiciais definitivas, cujos valores ficam abaixo do limite definido em lei. Ultrapassado o limite legal, a quitação das dívidas decorrentes de decisões judiciais definitivas deve ocorrer por meio de Precatório.	- Centralizar o pagamento do RPV. - Automatizar procedimento. - Adequar o pagamento do RPV aos procedimentos e sistemática utilizados para os pedidos de pagamento de precatórios.	Não	Administrativos	Digital
39. Consulta de extrato das subcontas do Sidejud	12.7. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Gestão de Custas e Depósitos Judiciais	Prover aos interessados acesso aos dados das subcontas relacionadas a um processo judicial.	- Otimizar a disponibilização das informações de subcontas relacionadas ao processo para os usuários do Sistema eproc. - Desonerar os servidores de cartório e de gabinete, que poderão direcionar seus esforços para realizar atividades que mais agregam valor ao PJSC - Agilizar o acesso à informação de subcontas dos processos, viabilizando mais transparência no gerenciamento.	Não	Administrativos	Digital
40. Aplicativo para dispositivos móveis	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Ter um aplicativo institucional com a definição de arquitetura e padrões visuais para agregar serviços de maneira escalável e integrada aos demais portais e serviços do PJSC	- Oferecer serviço em aplicativo (APP) para dispositivos móveis de forma padronizada e integrada aos serviços existentes hoje no Portal do PJSC. - Reduzir custos e otimizar processos de trabalho, facilitando o acesso aos serviços do Judiciário.	Não	De infraestrutura	Digital
41. SIDEJUD Comarcas	12.7. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Gestão de Custas e Depósitos Judiciais	Permitir aos usuários nas comarcas a realização de operações no Sidejud, como, depósitos, saques, visualizar movimentações, enviar informações para a Receita Federal etc.	- Migrar o sistema de Depósitos Judiciais utilizado nas comarcas para Web, substituindo as tecnologias obsoletas por outras mais atuais, seguras e amplamente utilizadas.	Não	Administrativos	Digital
42. Cópia de segurança de dados	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Manter cópia de segurança dos dados que são tratados pelos produtos de software do PJSC, bem como os dados que estão armazenados nas plataformas em nuvem contratadas.	- Atualização da infraestrutura de backup para possibilitar cópia de segurança dos documentos salvos em nuvem.	Não	De infraestrutura	Digital

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Manter infraestrutura de aplicações e servidores de banco de dados atualizadas para aprimoramento da performance, operação dos serviços e segurança da informação.	- Atualizar os servidores proxies da DMZ (<i>demilitarized zone</i>), que são os servidores de computador do PJSC expostos na Internet para acesso externo, isto é, são aqueles que rotam as aplicações acessadas por meio da Internet por nossos usuários internos e externos. - Atualizar a infraestrutura de equipamentos e sistemas que sustentam a operação da solução Pergamum. - Reorganizar a infraestrutura dos serviços <i>Microsoft Active Directory e Exchange</i>, com a adoção das versões mais recentes dos softwares e otimização dos recursos computacionais.	Não	De infraestrutura	Digital
44. Framework gerenciamento da segurança da informação e proteção de dados	5.6. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Gestão de Políticas e Diretrizes Operacionais de TI	Manter arcabouço de solução de software e processos que permitam governar e gerenciar um sistema de segurança da informação e proteção de dados.	- Elevar o nível de maturidade da governança em segurança da informação de TI. - Minimizar os riscos de interrupção dos serviços e sistemas em decorrência de ataques cibernéticos. - Desenvolver a resiliência e melhorar a capacidade de enfrentar eventos adversos relacionados a cibersegurança.	Não	De governança	Digitalizado
45. Áudio visual	4.1.8. Gestão de Serviços Compartilhados > Gestão de Serviços de Suporte Administrativo > Controle e Manutenção de Equipamentos de Audiovisual	Prover serviços de áudio, vídeo, gravação e transmissão via Internet de eventos, reuniões, palestras, entre outras ações realizadas nas dependências do PJSC.	- Criar um Banco sobressalente de equipamentos de áudio para os salões de Juri do PJSC.	Não	Administrativos	Digital
46. Assinatura digital e eletrônica	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Prover solução de protocolo, assinatura digital, assinatura eletrônica e criptografia assimétrica em produtos de software e na troca de dados por meio da Internet.	- Contratar suporte e garantia para a solução de carimbo de tempo em uso no PJSC. - Prover a continuidade de serviços de protocolização para o DJe (Diário de Justiça Eletrônico).	Não	De infraestrutura	Digital
47. Integração com sistemas judiciais	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Integrar os sistemas de processo eletrônico (eproc e SEEU) com outros produtos de software, com o objetivo de aprimorar a segurança e eficiências dos serviços jurisdicionais.	- Promover a integração do eproc com outros sistemas de tramitação processual (STF, STJ, SEEU). - Implementar impedimentos à realização de movimentações nos processos que não sejam adequadas ao andamento de um processo que esteja em tramitação direta entre Ministério Público e Polícia e garantir que todas as movimentações sejam notificadas ao Ministério Público via MNI. - Implantar as funcionalidades de integração com o sistema SEEU no 1º e 2º grau. - Disponibilização das medidas provisórias de urgência para obtenção e cadastro das medidas no SISP. - Integrar o eproc a ferramenta oficial de videoconferência do TJSC, o Microsoft Teams, para marcação e realização de audiências.	Não	De interoperabilidade	Digital
48. Gestão de Precatórios	12.8. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Gestão de Precatórios	Abrange os processos de gestão processual dos precatórios e do controle de pagamentos dos entes devedores até o efetivo repasse aos credores. Inicia no recebimento do RPP - Requisição de Pagamento de Precatório - e termina com o arquivamento do processo de precatório quitado.	- Ajustar o Sistema de Gerenciamento de Precatórios à Resolução CNJ n. 482/2022.	Não	Administrativos	Digital

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
49. Criação de usuários externos e internos	5.3. Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Efetuar a criação e manutenção de usuários externos para acessar os sistemas do PJSC.	- Gerenciar o cadastro de mediadores, conciliadores e câmaras privadas de mediação e conciliação. - Atender ao disposto nas Resoluções TJ n. 18/2018 e CNJ n. 125/2010, na Lei de Mediação e o Código de Processo Civil.	Não	De Canal	Digitalizado
50. Desenvolvimento de soluções digitais, plataformas e aplicativos para agilizar a tramitação processual	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Promover o desenvolvimento de soluções digitais, plataformas e aplicativos com foco na melhoria da prestação jurisdicional	- Automatizar fluxos da competência do executivo fiscal estadual. - Implantação de solução de chatbot no atendimento ao juízo especial. - Implantação de Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial (SAREF). - Uniformização e gestão de demandas repetitivas. - Lançamento de eventos complementares no processo.	Não	Judiciais	Digital
51. Portal Institucional	9.1.8. Governança > Gestão Estratégica > Definição de políticas de pessoal, tecnológica e de infraestrutura	Divulgar as informações do PJSC, oferecer e dar instruções sobre seus serviços e processos, além de ser um canal de comunicação entre o Poder Judiciário e seu público.	- Definir normas e processos de trabalho para manutenção e evolução do portal institucional. - Implementar política de governança do portal institucional. - Aperfeiçoar a usabilidade e acessibilidade do portal institucional. - Migrar a versão do Liferay DXP para a versão 7.3.	Não	De Canal	Digital
52. Extrajudicial	11.2. Reconhecimento da Demanda > Serviços aos Cidadãos	Garantir a publicidade, autenticidade e segurança de atos que resultem em criação, modificação ou extinção de direitos.	- Atender as necessidades trazidas pelo Provimento CN/CNJ N.88/2019.	Não	Judiciais	Digitalizado
53. Gestão do portfólio de projetos estratégicos institucionais	2.4. Gerenciamento da Execução de Projetos e Processos > Gerenciamento de Projetos	Manter arcabouço de solução de software e processos que permitam governar e gerenciar projetos e ações a nível estratégico no PJSC	- Criar um Portfólio de Projetos Estratégico do PJSC por meio do uso de ferramentas e processos já conhecidos e consolidados, e que atualmente são utilizados pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Não	De governança	Digital
54. Integração com a Receita Federal	5.5. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Inovação e Atualização da Tecnologia da Informação e Comunicação	Obter dados de pessoas físicas e jurídicas para serem consumidos pelos demais sistemas de software do PJSC	- Evolução do sistema de consulta de pessoas da RFB (INFOCONV) para o novo modelo de integração blockchain da SERPRO.	Não	De interoperabilidade	Digital
55. Conciliação e Mediação de Conflitos	10. Mediação e Conciliação pré-processual sem homologação	Realização das sessões e audiências de conciliação e de mediação a cargo de conciliadores e mediadores, bem como o atendimento e a orientação aos cidadãos. Abrange três setores: setor pré-processual, setor processual e setor de cidadania.	- Criação de plataforma virtual para agilizar o atendimento dos CEJUSCs. - Adequar formulário de cadastramento de reclamação pré-processual para uso na atermação. - Adequar o perfil dos conciliadores para que seu acesso seja restrito aos processos para os quais estejam nomeados. - Alterar a forma de remessa dos processos para o CEJUSC. - Alterar o cadastro dos conciliadores e suas agendas para que suportem agendamento por tema. - Alterar a distribuição automática para que possa ser realizada com controles em lote, por tema, com redistribuição manual e em lote.	Não	Judiciais	Digitalizado
56. Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	5.6. Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação > Gestão de Políticas e Diretrizes Operacionais de TI	Manter arcabouço de solução de software e processos que permitam governar e propor diretrizes para as ações, serviços ou produtos de tecnologia da informação e comunicação.	- Otimizar processo de acompanhamento e execução de ações da ENTIC-JUD.	Não	De governança	Digitalizado

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
57. Controle de acesso	4.4. Gestão de Serviços Compartilhados > Gestão de Serviços de Segurança Patrimonial e de Pessoas	Controlar acesso dos jurisdicionados, colaboradores do PJSC e advogados às unidades do PJSC.	- Atualização da versão do sistema de controle de acesso Suricato.	Não	De infraestrutura	Digitalizado
58. Ressarcimento de honorários do INSS	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Recebimento de honorários relativos a serviços prestados por meio da assistência judiciária gratuita do Poder Judiciário de Santa Catarina e acompanhamento dos pagamentos.	- Registro nos processos judiciais do pedido de ressarcimento por parte do INSS e de seu respectivo pagamento pelo TJSC. - Automatização da validação de valores através de integração com o SÍDEJUD. - Leitura automática de petição realizada pelo INSS via Sapiens.	Não	Judiciais	Digitalizado
59. Bloqueio e penhora de bens	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Realizar bloqueio ou penhora de bens com finalidade de satisfazer dívidas em processos judiciais.	- Integrar o desbloqueio e desmembramentos no SISBAJUD. - Automatizar atividades ou subfluxos de atividades executadas pelos robôs da CGJ, dentro do eproc. - Iniciar o uso das ferramentas desenvolvidas pelo TRF4 na Tramitação Ágil.	Não	Judiciais	Digitalizado
60. Certidões	11.2. Reconhecimento da Demanda > Serviços aos Cidadãos	Emissão de certidões Cível, Criminal, para Fins Eleitorais, de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência.	- Unificar o formulário de solicitação de certidões, que atualmente exige do solicitando realizar pedidos distintos no eproc e no SAJ; - Facilitar o trabalho dos distribuidores na emissão das certidões positivas, visto que hoje há necessidade de consulta em mais de um sistemas; - Viabilizar a descontinuidade do sistema SAJ5; - Cumprir o determinado na Resolução Conjunta GP/CGJ n. 30/2020, que encerrou a tramitação de processos no Sistema de Automação da Justiça - SAJ, em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, no primeiro e no segundo grau de jurisdição.	Não	Judiciais	Digitalizado
61. Infância e Juventude	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Promover o aprimoramento da atuação jurisdicional, por meio de projetos inovadores, e o fomento a uma melhor articulação entre magistrados e servidores e, sobretudo, com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes.	- Implantar um sistema para centralizar os dados infracionais.	Não	Judiciais	Digitalizado
62. Mandados	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Promover o cumprimento dos mandados.	- Implantar o zoneamento no módulo de Gestão de Mandados (GM). - Implantar a distribuição automática de mandados no GM.	Não	Judiciais	Digitalizado
63. Cálculo processual	1. Acompanhamento Orçamentário e Gestão Financeira	Realizar cálculos relacionados a processos judiciais, analisar documentos contábeis, auxiliar na execução de decisões judiciais e dar pareceres técnicos.	- Implementar no sistema eproc de Primeiro Grau o módulo de cálculo processual que viabilize aos contadores atender ao determinado em sentenças judiciais.	Não	Judiciais	Digitalizado
64. Lar legal	12.5. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Programas Institucionais e Alternativos	Regularizar juridicamente imóveis urbanos ocupados por pessoas de baixa renda no Estado de Santa Catarina.	- Concentrar a atividade jurisdicional e operacional por equipe de magistrados e servidores especializados conferindo maior controle do acervo processual, regularidade e unicidade no cumprimento das determinações, através de fluxos e expediente automatizados e padronizados, segurança, eficiência e possibilidade imediata de correção de procedimentos e implantação de melhorias contínuas.	Não	Judiciais	Digitalizado

Tabela 1. Serviços

Serviço (a).(c)	Cadeia de valor (b)	Objetivo (d)	Oportunidades de melhoria (e)	(f)	(g)	(h)
65. Revisão de recursos no segundo grau	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Analisar a legalidade, a fundamentação e a correção da decisão proferida pelo juiz de primeira instância.	- Disponibilizar a nova interface e funcionalidades da tela de sessão de julgamento para o Segundo Grau e Turmas Recursais aprimorado pelo TRF4.	Não	Judiciais	Digital
66. Consulta jurisprudência	12.1. Serviço de Sustentação aos Processos Primários > Consolidação de Conhecimento Jurídico	Fornecer acesso fácil e rápido a decisões judiciais anteriores.	- Evolução tecnológica do software já existente.	Não	Judiciais	Digital
67. Decisões de processos judiciais	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Garantir a justiça, a aplicação correta da lei e a solução de conflitos.	- Permitir aos Gabinetes no eproc 2G identificarem sentenças do 1º grau que possuem conteúdos similares para melhorar a gestão dos Gabinetes de Segundo Grau. - Disponibilizar ferramentas de IA e automação para permitir maior celeridade nos julgamentos onde há jurisprudência vigente.	Não	Judiciais	Digitalizado
68. Apresentação de apenados	11.1. Reconhecimento da Demanda > Recebimento da Demanda	Monitorar e controlar a situação dos indivíduos que estão cumprindo penas privativas de liberdade.	- Implantar o Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial (SAREF) no PJSC por meio de acesso no Portal Web.	Não	Judiciais	Digitalizado
69. Autoatendimento	11.2. Reconhecimento da Demanda > Serviços aos Cidadãos	Proporcionar aos cidadãos uma forma mais eficiente, conveniente e ágil de acessar serviços do PJSC, sem a necessidade de atendimento presencial ou intervenção direta de um atendente humano.	- Implantar a solução <i>chatbot</i> no atendimento da CGJ, juizado especial e na divisão de apoio judiciário (DSJPG).	Sim	De canal	Digital

Legenda:

(a) Identificação numérica do serviço.

(b) Processo da cadeia de valor do PJSC ao qual o serviço está relacionado. A cadeia de valor pode ser acessada em: <https://www.tjsc.jus.br/web/guest/gestao-estrategica/gestao-de-processos/cadeia-de-valor>.

(c) Nome do serviço.

(d) Descrição do objetivo do serviço.

(e) Indica as oportunidades de melhoria do serviço.

(f) Indica se o serviço é uma proposição de nova oferta.

(g) Indica a categoria de um serviço.

(h) Indica a classificação do serviço.

8.3.2 Transformação Digital de Serviços

Na Tabela 2 são identificadas ações de transformação digital dos serviços mapeados na Tabela 1 não relacionadas à Unificação de Canais Digitais ou à Interoperabilidade de Sistemas.

Tabela 2. Projetos ou ações de transformação digital

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	Revisão dos critérios de priorização e seleção de projetos	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	30/06/2023	Em execução
15. Repositório de documentos digitais	Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq	Divisão de Atendimento ao Usuário	DGA/DTI/DITI	30/06/2023	Em execução

Tabela 2. Projetos ou ações de transformação digital

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
20. Formulário Eletrônico	Substituição da integração dos formulários com a Central de Atendimento	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	30/06/2023	Não iniciado
26. Manutenção e versionamento de códigos-fonte de aplicações desenvolvidas pelo PJSC ou em parceria com outros entes.	Unificação dos repositórios de códigos-fonte	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	30/06/2023	Em execução
34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	Elaboração do Roadmap 2023.2	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	04/07/2023	Em execução
39. Consulta de extrato das subcontas do Sidejud	Disponibilização do extrato de subcontas relacionadas ao processo no eproc	Diretoria de Orçamento e Finanças	DGA/DTI/DSA	10/07/2023	Em execução
61. Infância e Juventude	PEMSE, Dados infracionais e Cadastros da infância (CUIDA) e integrações	Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	21/07/2023	Em execução
35. Gestão de aquisições e contratos de TIC	Desenvolver um novo modelo do Documento de Oficialização da Demanda (DOD)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	28/07/2023	Em execução
37. Redes de comunicação de dados	Disponibilização de acesso à rede Wi-Fi para visitantes nos espaços de uso coletivo situados no edifício-sede do TJSC destinados a eventos e reuniões	Presidência	DGA/DTI/DRC	28/07/2023	Em execução
24. Manutenção do Sistema de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.3	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	28/07/2023	Não iniciado
20. Formulário Eletrônico	Migração dos formulários do SPA para o Servidor de Formulários	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	30/07/2023	Em execução
24. Manutenção do Sistema de Processo Judicial Eletrônico	Suspensões de Prazo e Sessões de Julgamento	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI/DSJ	01/08/2023	Não iniciado
12. Distribuição processual	Implantação de sugestão de assuntos para o Segundo Grau	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI	15/08/2023	Não iniciado
18. Gestão da academia judicial	Implantação do Sistema da Academia Judicial	Academia Judicial	DGA/DTI/DSA	23/08/2023	Em execução
24. Manutenção do Sistema de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.4	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	25/08/2023	Não iniciado
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	Modernização infraestrutura local Microsoft	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	30/08/2023	Em execução
46. Assinatura digital e eletrônica	Renovação do contrato de suporte solução de carimbo de tempo (SGACT)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	30/08/2023	Em execução
58. Ressarcimento de honorários do INSS	Ressarcimento de Honorários do INSS	Diretoria de Orçamento e Finanças e Diretoria de Suporte a Jurisdição de Primeiro Grau	DGA/DTI/DSJ	31/08/2023	Em execução
27. Plataforma de escritório em nuvem	Implantação do Microsoft Office 365	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSGA	30/09/2023	Em execução

Tabela 2. Projetos ou ações de transformação digital

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
37. Redes de comunicação de dados	Implementar uma camada adicional de segurança nos serviços disponibilizados via internet (WAF)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	30/09/2023	Em execução
7. Consulta de processos findos	Módulo para Consulta de processos arquivados no SAJ	Presidência	DGA/DTI/DSJ	30/09/2023	Em execução
12. Distribuição processual	Agrupamento de petições iniciais similares no IG	Presidência	DGA/DTI	10/10/2023	Não iniciado
24. Manutenção do Sistema de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.5	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	13/10/2023	Não iniciado
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	Atualizar a infraestrutura do sistema Pergamum	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	30/10/2023	Em execução
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	Atualizar os servidores de aplicação de serviços disponibilizados na internet	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	30/10/2023	Em execução
35. Gestão de aquisições e contratos de TIC	Desenvolvimento de painel de BI para Gestão Orçamentária de TI	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	30/07/2023	Não iniciado
59. Bloqueio e penhora de bens	Tramitação ágil - SISBAJUD	Presidência	DGA/DTI/DSJ	31/10/2023	Não iniciado
53. Gestão do portfólio de projetos estratégicos institucionais	Criação do Portfólio de Projetos Estratégicos do PJSC	ASPLAN	DGA/DTI/DAGG	30/11/2023	Não iniciado
37. Redes de comunicação de dados	Implantação do Centro de Operações de Segurança (SOC)	Presidência	DGA/DTI/DRC	30/11/2023	Em execução
24. Manutenção do Sistema de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.6	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	01/12/2023	Não iniciado
50. Desenvolvimento de soluções digitais, plataformas e aplicativos para agilizar a tramitação processual	Tramitação ágil - Execução Fiscal	Presidência	DGA/DTI/DSJ	01/12/2023	Não iniciado
40. Aplicativo para dispositivos móveis	Renovação do contrato de suporte solução de carimbo de tempo (SGACT)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	30/08/2023	Em execução
58. Ressarcimento de honorários do INSS	Ressarcimento de Honorários do INSS	Diretoria de Orçamento e Finanças e Diretoria de Suporte a Jurisdição de Primeiro Grau	DGA/DTI/DSJ	31/03/2023	Em execução
27. Plataforma de escritório em nuvem	Implantação do Microsoft Office 365	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSGA	30/09/2023	Em execução

Tabela 2. Projetos ou ações de transformação digital

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
37. Redes de comunicação de dados	Implementar uma camada adicional de segurança nos serviços disponibilizados via internet (WAF)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	30/09/2023	Em execução
7. Consulta de processos findos	Módulo para Consulta de processos arquivados no SAJ	Presidência	DGA/DTI/DSJ	30/09/2023	Em execução
12. Distribuição processual	Agrupamento de petições iniciais similares no IG	Presidência	DGA/DTI	10/10/2023	Não iniciado
24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.5	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	13/10/2023	Não iniciado
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	Atualizar a infraestrutura do sistema Pergamum	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	30/10/2023	Em execução
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	Atualizar os servidores de aplicação de serviços disponibilizados na internet	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	30/10/2023	Em execução
35. Gestão de aquisições e contratos de TIC	Desenvolvimento de painel de BI para Gestão Orçamentária de TI	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	30/10/2023	Não iniciado
59. Bloqueio e penhora de bens	Tramitação ágil - SISBAJUD	Presidência	DGA/DTI/DSJ	31/10/2023	Não iniciado
53. Gestão do portfólio de projetos estratégicos institucionais	Criação do Portfólio de Projetos Estratégicos do PJSC	ASPLAN	DGA/DTI/DAGG	30/11/2023	Não iniciado
37. Redes de comunicação de dados	Implantação do Centro de Operações de Segurança (SOC)	Presidência	DGA/DTI/DRC	30/11/2023	Em execução
24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.6	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	01/12/2023	Não iniciado
50. Desenvolvimento de soluções digitais, plataformas e aplicativos para agilizar a tramitação processual	Tramitação ágil - Execução Fiscal	Presidência	DGA/DTI/DSJ	01/12/2023	Não iniciado
40. Aplicativo para dispositivos móveis	Desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis do TJSC	Presidência	DGA/DTI/DAGG	12/12/2023	Em execução
37. Redes de comunicação de dados	Aquisição de ferramenta para mapeamento de topologia de rede	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	15/12/2023	Não iniciado
43. Sustentação de sistemas operacionais e middlewares da infraestrutura computacional que suporta os produtos de software do PJSC	Atualizar os sistemas operacionais de servidores de rede do parque tecnológico	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	15/12/2023	Em execução

Tabela 2. Projetos ou ações de transformação digital

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	Criação de processo para gestão do Ciclo de Vida de Soluções de TIC do PJSC	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	15/12/2023	Em execução
28. Log de aplicações	Criação de uma política de retenção de logs e implementação de expurgo na base do sistema eproc	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSJ	15/12/2023	Não iniciado
42. Cópia de segurança de dados	Modernizar toda a infraestrutura de backup de dados	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	15/12/2023	Em execução
46. Assinatura digital e eletrônica	Renovação do contrato da solução protocolização digital (PDDE)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	15/12/2023	Não iniciado
37. Redes de comunicação de dados	Implantação de equipamentos para viabilizar a alta disponibilidade da rede (Layer 3)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	17/12/2023	Em execução
68. Apresentação de apenados	Implantação do Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial (SAREF)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	19/12/2023	Em execução
41. Sidejud Comarcas	Migração do módulo SIDEJUD Comarcas para Web	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	19/12/2023	Em execução
16. Selo digital	Selo digital 4.0 - LCE 807 e 808 de 2022	Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSA	31/12/2023	Em execução
51. Portal Institucional	Acessibilidade dos portais e sistemas de software do PJSC	Presidência	DGA/DTI/DAGG	01/02/2024	Em execução
62. Mandados	Gestão de Mandados (GM) - Distribuição automática e zoneamento	Comitê Gestor do eproc	DGA/DTI/DSJ	01/02/2024	Não iniciado
31. Desenvolvimento de solução de Inteligência Artificial	Implantação de soluções de Inteligência Artificial para apoiar a Gestão de Precedentes no primeiro grau - CIJESC	NUGEPNAC	DGA/DTI	28/02/2024	Não iniciado
55. Conciliação e Mediação de Conflitos	Resolve 2.0	COJEPEMEC	DGA/DTI/DSJ	30/03/2024	Não iniciado
51. Portal Institucional	Migração do Liferay para a versão 7.3	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	07/06/2024	Não iniciado
66. Consulta Jurisprudência	Evolução do Sistema de Jurisprudência	Segunda vice-presidência	DGA/DTI/DAS	28/10/2024	Não iniciado
37. Redes de comunicação de dados	Estudo de viabilidade de atualização tecnológica e unificação das centrais telefônicas	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	22/12/2024	Não iniciado
56. Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	Plano de Trabalho para atendimento à ENTIC-JUD	Conselho Nacional de Justiça	DGA/DTI	31/12/2024	Em execução

Legenda:

(a) Serviço que será beneficiado pela ação de transformação.

(b) Nome do projeto ou ação de transformação digital. Para mais informações sobre o projeto ou ação, acessar o Roadmap de Projetos de TI, disponível em: <https://app.powerbi.com/>

(c) Área que demandou o projeto ou ação de transformação digital.

(d) Área responsável pela execução do projeto ou ação de transformação digital.

(e) Data prevista para a conclusão do projeto ou ação.

(f) Situação do projeto ou ação de transformação digital.

8.3.3 Unificação de Canais Digitais

Na Tabela 3 são identificados projetos de transformação digital dos serviços mapeados na Tabela 1 relacionados à Unificação de Canais Digitais. Os projetos estão ordenados pela data prevista da conclusão.

Tabela 3. Projetos ou ações de transformação digital para Unificação de Canais Digitais

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
10. Atendimento telefônico	Atualização do sistema Intimafone	Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DRC	30/06/2023	Em execução
1. Autenticação de usuários externos e internos	Autenticação em dois fatores no eproc	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSJ	30/06/2023	Em execução
2. Portal de Serviços	Expansão da Central de Serviços para o Núcleo de Comunicação Institucional (NCI)	Núcleo de Comunicação Institucional	DGA/DTI/DAGG	30/06/2023	Em execução
1. Autenticação de usuários externos e internos	Desativação de acesso por usuários compartilhados nos servidores de infraestrutura	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DITI	28/07/2023	Em execução
69. Autoatendimento	Piloto para implantação do chatbot do TJSC	Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DAGG	31/08/2023	Em execução

Legenda:

(a) Serviço que será beneficiado pela ação de transformação.

(b) Nome do projeto ou ação de transformação digital. Para mais informações sobre o projeto ou ação, acessar o Roadmap de Projetos de TI, disponível em: <https://app.powerbi.com/>

(c) Área que demandou o projeto ou ação de transformação digital.

(d) Área responsável pela execução do projeto ou ação de transformação digital.

(e) Data prevista para a conclusão do projeto ou ação.

(f) Situação do projeto ou ação de transformação digital.

8.3.4 Interoperabilidade de Sistemas

Na Tabela 4 são identificados projetos de transformação digital dos serviços mapeados na Tabela 1 relacionadas à Interoperabilidade de Sistemas. Os projetos estão ordenados pela data prevista da conclusão.

Tabela 4. Projetos ou ações de transformação digital para Interoperabilidade de Sistemas

Serviço (a)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Previsão de conclusão (e)	Situação (f)
9. Integração com o ERP - Proteger magistrados e servidores em situação de risco decorrente do exercício da atividade funcional	Webservices para integrar dados de servidores e magistrados aos sistemas do NIS	NIS (Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional)	DGA/DTI/DSA	31/08/2023	Em execução
47. Integração com sistemas judiciais	Integração do eproc 1G com o SEEU	Conselho Nacional de Justiça	DGA/DTI/DSJ	30/11/2023	Não iniciado
54. Integração com a Receita Federal	Evolução tecnológica da consulta de pessoas (física e jurídica) na base da RFB	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	01/12/2023	Não iniciado

Legenda:

(a) Serviço que será beneficiado pela ação de transformação.

(b) Nome do projeto ou ação de transformação digital. Para mais informações sobre o projeto ou ação, acessar o Roadmap de Projetos de TI, disponível em: <https://app.powerbi.com/>

(c) Área que demandou o projeto ou ação de transformação digital.

(d) Área responsável pela execução do projeto ou ação de transformação digital.

(e) Data prevista para a conclusão do projeto ou ação.

(f) Situação do projeto ou ação de transformação digital.

8.3.5 Projetos ou ações concluídos

a Tabela 5 são identificados projetos de transformação digital dos serviços mapeados na Tabela 1 que já foram concluídos. Os projetos estão agrupados pelo tipo de ação: Transformação digital de serviços, interoperabilidade de sistemas e integração de canais digitais; e ordenados pela data de conclusão em cada grupo.

Tabela 5. Projetos ou ações concluídos.

Tipo da ação (a)	Serviço (b)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Data da conclusão (e)
Transformação digital de serviços	12. Distribuição processual	Implantação da Turma de Incidentes no eproc	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI/DSJ	25/04/2022
Transformação digital de serviços	37. Redes de comunicação de dados	Aumento da disponibilidade dos serviços de telecomunicação e redes das comarcas	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	06/05/2022
Transformação digital de serviços	12. Distribuição processual	Classificação por conteúdo: implantação em 25 varas	Presidência	DGA/DTI	01/07/2022
Transformação digital de serviços	37. Redes de comunicação de dados	Implantação de tecnologia para gestão centralizada da rede (<i>FortiAnalyzer</i>)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	01/07/2022
Transformação digital de serviços	34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	Atualização, administração e manutenção do <i>Redmine</i>	Seção de Portfólio de Projetos e Produtos de TI e Divisão de Sistemas Judiciais.	DGA/DTI/DAGG	06/07/2022
Transformação digital de serviços	37. Redes de comunicação de dados	Implantação da ferramenta de monitoramento e diagnóstico de performance e incidentes de rede (NPMD)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	01/08/2022
Transformação digital de serviços	37. Redes de comunicação de dados	Implementar uma solução de análise das vulnerabilidades na infraestrutura de servidores de rede e aplicações	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	20/09/2022
Transformação digital de serviços	65. Revisão de recursos no segundo grau	Implantar nova versão da tela de sessão de julgamento no Segundo Grau e Turmas Recursais	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI/DSJ	09/11/2022
Transformação digital de serviços	52. Extrajudicial	Adequações do Sistema de Cadastro do Extrajudicial (SCE) ao Provimento CNJ/CNJ n. 88/2019	Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSA	10/11/2022
Transformação digital de serviços	37. Redes de comunicação de dados	Implantação da nova ferramenta de visibilidade de rede (<i>Gigamon</i>)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DRC	26/11/2022
Transformação digital de serviços	24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da Turma de Uniformização no eproc	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI/DSJ	01/12/2022
Transformação digital de serviços	25. Integração com sistemas administrativos, de apoio judicial e judiciais.	Implantação de solução especializada para integração entre sistemas corporativos e externos ao PJSC	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	08/12/2022
Transformação digital de serviços	44. Gestão da segurança da informação e proteção de dados	Implantação da gestão de riscos de tecnologia da informação, alinhado à norma ABNT NBR ISO/IEC 31000	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/SSIGR	13/12/2022
Transformação digital de serviços	44. Gestão da segurança da informação e proteção de dados	Implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), alinhado às normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e às diretrizes da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/SSIGR	13/12/2022
Transformação digital de serviços	3. Emissão de alvará de depósitos judiciais	Pedido de expedição de alvará	Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	13/12/2022
Transformação digital de serviços	14. Telefonia móvel	Contratação de serviço telefonia móvel para o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional	DGA/DTI/DRC	14/12/2022
Transformação digital de serviços	34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	Elaboração do Roadmap 2023	Comitê de Governança de TI (CGovTI)	DGA/DTI/DAGG	15/12/2022

Tabela 5. Projetos ou ações concluídos.

Tipo da ação (a)	Serviço (b)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Data da conclusão (e)
Transformação digital de serviços	26. Manutenção e versionamento de códigos-fonte de aplicações desenvolvidas pelo PJSC ou em parceria com outros entes.	Migração de repositórios do SVN para GIT	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	15/12/2022
Transformação digital de serviços	21. Gestão de custos	Implantação do ERP – Disponibilização de relatórios para consulta de dados históricos para o sistema de controle de custos – SCT	Diretoria de Infraestrutura	DGA/DTI/DSA	16/12/2022
Transformação digital de serviços	34. Gestão de portfólio de projetos, projetos e produtos de TIC	Roadmap do Portfólio de Projetos	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	16/12/2022
Transformação digital de serviços	24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 8.28	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	08/01/2023
Transformação digital de serviços	24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.0	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	08/01/2023
Transformação digital de serviços	12. Distribuição processual	Implantação do Resumo de Petições na Unidade Bancária	Unidade Estadual Bancária	DGA/DTI	20/03/2023
Transformação digital de serviços	60. Certidões	Unificar a emissão das certidões dos sistemas SAJ e eproc	Presidência	DGA/DTI/DSJ	27/03/2023
Transformação digital de serviços	35. Gestão de aquisições e contratos de TIC	Implantar os novos processos de planejamento e gerenciamento de contratos de TIC de acordo com a Resolução CNJ n. 468/2022	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	28/03/2023
Transformação digital de serviços	67. Decisão de processos judiciais	Agrupamento de sentenças similares no 2G	Presidência	DGA/DTI	04/04/2023
Transformação digital de serviços	24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.1	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	17/04/2023
Transformação digital de serviços	57. Controle de acesso	Atualização do Sistema de Controle de Acesso – Suricato	Divisão de Atendimento ao Usuário	DGA/DTI/DITI	24/04/2023
Transformação digital de serviços	63. Cálculo processual	Desenvolvimento do módulo de cálculo processual no eproc	Presidência	DGA/DTI/DSJ	03/05/2023
Transformação digital de serviços	3. Emissão de alvará de depósitos judiciais	SIDEJUD – Vinculação do assessor do magistrado na competência da emissão do Alvará	Divisão de Gestão de Depósitos Judiciais	DGA/DTI/DSA	03/05/2023
Transformação digital de serviços	4. Consulta de informe de rendimentos	Informe de rendimentos de pessoa física para partes em processos judiciais	Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau	DGA/DTI/DSA	04/05/2023
Transformação digital de serviços	35. Gestão de aquisições e contratos de TIC	Viabilizar a disponibilização dos artefatos de contratações de TIC (PCTI) no Portal do TJSC	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	19/05/2023
Transformação digital de serviços	17. Votação digital	Sistema de Votação Eletrônica VOTAJUD	COJEPEMEC	DGA/DTI	24/05/2023
Transformação digital de serviços	24. Manutenção do Sistemas de Processo Judicial Eletrônico	Implantação da versão nacional do eproc 9.2	Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça	DGA/DTI/DSJ	04/06/2023
Transformação digital de serviços	50. Desenvolvimento de soluções digitais, plataformas e aplicativos para agilizar a tramitação processual	Novidades do eproc: Eventos complementares	Presidência	DGA/DTI/DSJ	04/06/2023
Transformação digital de serviços	64. Lar legal	Núcleo de Justiça 4.0 – Lar legal	Gab. Des. Selso de Oliveira	DGA/DTI/DSJ	12/06/2023
Transformação digital de serviços	48. Gestão de Precatórios	Ajustes no Sistema de Precatórios	Assessoria de Precatórios	DGA/DTI/DSA	15/06/2023

Tabela 5. Projetos ou ações concluídos.

Tipo da ação (a)	Serviço (b)	Nome do projeto ou ação (b)	Área demandante (c)	Área responsável (d)	Data da conclusão (e)
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Implantação do ERP - Integração com eproc	Diretoria de Orçamento e Finanças	DGA/DTI/DSJ	10/08/2022
Interoperabilidade de sistemas	23. Integração com ERP - Integrar módulos do sistema legado	Implantação do ERP - Integração com sistemas legados	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	12/09/2022
Interoperabilidade de sistemas	6. Integração com o eSocial - Informar retenção de INSS na justiça gratuita	Correções e melhorias para o e-Social no sistema AJG	Diretoria de Orçamento e Finanças	DGA/DTI/DSJ	28/09/2022
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Integração do eproc Segundo Grau com o SEEU	Conselho Nacional de Justiça	DGA/DTI/DSJ	29/09/2022
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Integração SIDEJUD x eproc	Corregedoria, DSJPG, DOF	DGA/DTI/DSA	06/10/2022
Interoperabilidade de sistemas	8. Consumo de serviços disponibilizados na PDPJ-Br	Adequação do eproc à Plataforma CODEX	Conselho Nacional de Justiça	DGA/DTI	21/10/2022
Interoperabilidade de sistemas	22. Business Intelligence	Migração das ETL e painéis de BI do cachê e SRH para o ERP	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	09/12/2022
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Integração do eproc com o sistema do STF para envio e retorno de recursos	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI/DSJ	16/12/2022
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Pacote Tramitação Direta - MPSC	Ministério Público de Santa Catarina	DGA/DTI/DSJ	08/01/2023
Interoperabilidade de sistemas	8. Consumo de serviços disponibilizados na PDPJ-Br	Conexão dos Serviços Integradores da PDPJ-Br ao eproc	Conselho Nacional de Justiça	DGA/DTI/DSJ	01/03/2023
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Integração do eproc com o sistema do STJ para envio e retorno de recursos	Diretoria-Geral Judiciária	DGA/DTI/DSJ	10/04/2023
Interoperabilidade de sistemas	22. Business Intelligence	Migração do serviço de Business Intelligence do PJSC para uma nova infraestrutura na nuvem	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	17/04/2023
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Integração do Microsoft Teams com o eproc	Presidência	DGA/DTI/DSJ	31/05/2023
Interoperabilidade de sistemas	47. Integração com sistemas judiciais	Integração do eproc com o Domicílio Judicial Eletrônico	Presidência	DGA/DTI/DSJ	04/06/2023
Integração de canais digitais	10. Atendimento telefônico	Ferramenta para gravação e geração de protocolos de atendimentos telefônicos	Divisão de Apoio Judiciário	DGA/DTI/DRC	09/06/2022
Integração de canais digitais	1. Autenticação de usuários externos e internos	Autenticação com login e senha únicos para acesso à Central de Serviços	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	30/08/2022
Integração de canais digitais	1. Autenticação de usuários externos e internos	Implantação da autenticação de dois fatores (2FA) para usuários fora do país	Presidência	DGA/DTI/DRC	21/11/2022
Integração de canais digitais	2. Portal de Serviços	Solicitação e atendimento de demandas - TSIs do 1º Grau e do 2º Grau (Diretoria-Geral Judiciária, Corregedoria-Geral da Justiça e Academia Judicial)	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	02/12/2022
Integração de canais digitais	1. Autenticação de usuários externos e internos	Implantação da autenticação de dois fatores (2FA) para usuários de VPN	Presidência	DGA/DTI/DRC	28/02/2023
Integração de canais digitais	1. Autenticação de usuários externos e internos	Integração do usuário gov.br na plataforma de autenticação do PJSC	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DSA	27/03/2023
Integração de canais digitais	2. Portal de Serviços	Implantação do processo de gerenciamento da grade de serviços de TI	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	28/03/2023
Integração de canais digitais	2. Portal de Serviços	Implantação do processo de gestão do conhecimento	Diretoria de Tecnologia da Informação	DGA/DTI/DAGG	14/04/2023

Legenda:

- (a) Serviço que será beneficiado pela ação de transformação.
- (b) Nome do projeto ou ação de transformação digital. Para mais informações sobre o projeto ou ação, acessar o Roadmap de Projetos de TI, disponível em: <https://app.powerbi.com/>
- (c) Área que demandou o projeto ou ação de transformação digital.
- (d) Área responsável pela execução do projeto ou ação de transformação digital.
- (e) Data prevista para a conclusão do projeto ou ação.
- (f) Situação do projeto ou ação de transformação digital.

9. ESTRATÉGIA PARA MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS DIGITAIS

A estratégia para ser realizado o monitoramento do Plano de Transformação Digital prevê atividades na fase de (i) implantação dos serviços e, posteriormente, na fase de (ii) sustentação dos serviços.

Ressalta-se que o planejamento prevê que as atividades nas fases supracitadas serão executadas em conformidade com o processo de análise e tomada de decisão do CGovTI, entre eles o processo de Gestão do Portfólio, e com os processos estruturados e em operação na Diretoria de Tecnologia da Informação como os processos de (i) Gerenciar Projeto, (ii) Iniciação e Planejamento, (iii) Controle da Execução, (iv) Controle de Mudanças, e (v) Encerramento, disponíveis em www.tjsc.jus.br/web/tecnologia-da-informacao/processos-de-ti.

9.1. Implantação e melhoria dos Serviços

Após o momento de concepção do Plano de Transformação Digital, em sua fase seguinte, há a previsão de este ser conduzido como um projeto, com equipe designada para atuar em sua gerência e realizar o controle do que foi planejado, monitorando a implantação e melhoria dos serviços digitais.

No tocante à periodicidade, prevê-se que o monitoramento seja realizado mensalmente, em conjunto com as reuniões de acompanhamento do Roadmap de projetos da Diretoria de Tecnologia da Informação.

9.2. Sustentação dos Serviços

De acordo com o exposto no capítulo 4 “Fundamentação”, o dono do produto tem a atribuição de realizar um acompanhamento ativo do desempenho e entregas do serviço digital. Espera-se que continuamente sejam avaliados os indicadores do serviço digital (do processo) e das entregas (do produto). Caso a análise perceba a necessidade de melhoras, o dono do produto realiza a abertura de demanda, no Portal de Serviços, para evoluir o serviço digital, de acordo com o processo estabelecido e operacionalizado pela DTI de (i) Gerenciamento de escopo e requisitos e de (ii) Gerenciamento de solução de software.

Após executados esses processos, a necessidade de evolução do serviço digital será avaliada e resultará em nova demanda, para ser priorizada no CGovTI nos ciclos semestrais, de acordo com o processo de Gestão do Portfólio. Sendo priorizada no fórum deliberativo, a demanda será estruturada e executada como um projeto pela Diretoria de Tecnologia da Informação em conjunto com a área demandante.

10. CRITÉRIOS DE CATEGORIZAÇÃO DE SERVIÇOS

De acordo com a metodologia proposta na cartilha do Modelo de Plano de Transformação Digital do CNJ (2021), visando facilitar a análise, sugere-se agrupar por características similares:

- serviços de interoperabilidade: viabilizam a integração entre outros serviços;
- serviços de canal: consolidam um canal único com a sociedade;
- serviços judiciais: são os serviços finalísticos do órgão;
- serviços administrativos: são aqueles relacionados às atividades administrativas e de gestão de pessoas do órgão;
- serviços de infraestrutura: são aqueles que criam ou ampliam a capacidade física de atender às demandas de negócio;
- serviços de governança: são aqueles que envolvem tecnologias relacionadas ao conhecimento apropriado pela organização, novas estratégias de negócio ou novas estruturas ou processos organizacionais.

11. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Em virtude da maturidade do processo de tomada de decisão e priorização já vivenciado no TJSC, entende-se adequado e oportuno que a priorização no tocante à transformação digital dos serviços seja realizada conforme os critérios definidos na Resolução GP n. 18/2020 e seguintes, a qual está disponível em <http://busca.tjsc.jus.br/buscatextual/integra.do?cdSistema=1&cdDocumento=176659&cdCategoria=1>.

12. AMPLITUDE DA TRANSFORMAÇÃO

A amplitude da transformação, nos termos da metodologia proposta na cartilha do Modelo de Plano de Transformação Digital do CNJ (2021), é dada pela classificação das oportunidades de transformação digital, considerando-se seu alcance e prazo de execução. Dessa forma, os projetos e ações, quanto à amplitude, da maior para menor, podem ser enquadrados como:

- mudança de paradigma: onde hoje o serviço oferecido pelo órgão ocorre em sua totalidade ou quase totalidade por meio físico e/ou presencial, ou, ainda, trata-se de um serviço digitalizado que será totalmente reformulado para atender à transformação digital do serviço, podendo englobar, mas não limitando, a mudança cultural e/ou aplicação de tecnologias disruptivas;
- redesenho de serviço presencial ou digitalizado: transformação de um processo físico ou digitalizado, focando na automação de determinadas etapas ou digitalização de etapas físicas. Um exemplo é a automação de uma atividade do processo usando tecnologia do tipo automação robótica de processos (RPA);
- redesenho de serviço digital: refazer do zero um serviço digital já existente, contudo, devido às suas características, é aconselhável recriar o sistema ou o serviço; e
- melhoria: de menor amplitude, é o aperfeiçoamento de um módulo de um serviço digital já existente.

13. MATRIZ DE RISCO

Dada a abrangência dos serviços e das ações correlatas, optou-se em realizar a avaliação dos riscos considerando as questões que podem impactar na implementação e operacionalização dos serviços como um todo, em vez de analisá-los de forma individual. Para avaliar cada risco, é considerada a probabilidade da sua ocorrência, o eventual impacto e o grau de risco, de acordo com os níveis expostos na Tabela 6.

Tabela 6. Tabela de avaliação dos riscos

PROBABILIDADE		IMPACTO		NÍVEL DE RISCO	
ÍNDICE	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ÍNDICE	IMPACTO	ÍNDICE	DESCRIÇÃO
1	MUITO BAIXA	1	MUITO BAIXO	1 A 2	BAIXO IMPACTO
2	BAIXA	2	BAIXO	3 A 10	BAIXO IMPACTO
3	MÉDIA	3	MÉDIO	11 A 16	MÉDIO IMPACTO
4	ALTA	4	ALTO	16 A 19	ALTO IMPACTO
5	MUITO ALTA	5	MUITO ALTO	20 A 25	EXTREMO IMPACTO

Assim, para cada risco foi avaliada a probabilidade, o impacto e o nível/grau de risco, bem como a resposta ou ação de tratamento e o responsável por executar a ação, de acordo com o apresentado na Tabela 7.

Tabela 7. Análise dos riscos

ID	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Grau	Resposta/Tratamento	Responsável
R1	Falta de informações detalhadas para operacionalizar o serviço	5	4	20	Mitigar Solicitar complementação de informações pela área demandante; Propor regulamentação necessárias para o serviço;	Dono do produto
R2	Falta de pessoal técnico (de TIC) para atendimento das ações priorizadas	4	4	20	Mitigar Realocação de equipes ou terceirização; Solicitar revisão das prioridades	ExePTD e DTI.
R3	Problemas de comunicação ou de falta de definições entre a área de negócio e a DTI	4	4	16	Mitigar Propor a composição de equipe mista com especialistas do negócio e de TIC; Rever a atuação do gerente do projeto;	ExePTD, DTI e Dono do produto.
R3	Problemas no processo licitatório ou na gestão contratual para serviços que dependem de licitação	3	4	16	Mitigar Acompanhar e apoiar a equipe de contratação; Apoiar o gestor e fiscal do contrato	ExePTD, DTI e Dono do produto.
R4	Interoperabilidade entre sistemas externos, como falta de acesso à bases e APIs	3	4	16	Mitigar Designar técnico de TIC específico para ser referência de integração; Fomentar a comunicação com órgão proprietário; Fomentar o uso de protocolos pré-existentis	DTI e Gerente do projeto.
R5	Dependência ou interferência de regulamentações	3	4	16	Mitigar Propor a composição de equipe de apoio jurídico	Dono do produto e Gerente do projeto

14. CARTA DE SERVIÇOS À SOCIEDADE

A Carta de Serviços ao Usuário é uma imposição legal prevista no art. 7º da Lei 13.460/2017. Portanto, é dever do Poder Judiciário noticiar à sociedade os serviços que presta e as formas pelas quais esses mesmos serviços são acessados, assim como cabe à instituição informar aos cidadãos os compromissos e os padrões de qualidade assumidos em relação ao atendimento público. A permanente divulgação em sítio eletrônico e a sua periódica atualização também são obrigatórias.

O Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos, como foi denominada a referida lei, assegura ao cidadão o direito de apresentar manifestações a respeito dos serviços prestados, que devem ser dirigidas à Ouvidoria, órgão com atribuições precípua de promover a participação do usuário na administração pública, acompanhar a prestação de serviços e propor aperfeiçoamentos nas atividades desempenhadas – artigos 9º a 18.

A implementação da Carta de Serviços ao Usuário do Poder Judiciário foi elaborada e implementada pela Ouvidoria, conforme regulamenta a Resolução TJ n. 2/2022.

O Plano de Transformação Digital é uma excelente oportunidade de estruturar e sistematizar os serviços prestados pela instituição. Evidentemente, a visão deve estar focada no usuário e nos serviços que se associam às atividades desempenhadas pelo Poder Judiciário, notadamente à área finalística da sua razão de existir.

O mapeamento dos serviços, com as atribuições dos centros de responsabilidades – tanto para as atividades em si, quanto para fins de definições de compromissos, de padrões de qualidade de atendimento ao público e de critérios de avaliações continuadas dos serviços prestados –, seguido do alinhamento estratégico institucional, no caminho da revolução dos serviços para autoatendimento – situação em que o próprio usuário, de modo autônomo e por meio de recursos tecnológicos, tem acesso a sistemas automatizados que permitem a realização de tarefas e obtenção de informações de maneira eficiente e conveniente.

Nesse contexto, deve-se identificar, para cada serviço, o sistema de tecnologia da informação associado (se houver), para se determinar em que grau de digitalização ele se encontra e quais seriam as melhorias oportunas. Isso também resolveria o problema da imprevisibilidade das consequências da descontinuidade das ferramentas tecnológicas.

Além de listar o conjunto dos serviços prestados atualmente, tal esforço demandaria que futuras ampliações do catálogo de serviços fossem registradas previamente à disponibilização ao cidadão, de modo que se não voltasse ao estado de desconhecimento interno anterior.

Os resultados dessa visão serão o controle dos serviços prestados, com a possibilidade constante de reflexão sobre a capacidade de o setor exercer e cumprir as suas tarefas e de permitir um alinhamento do capital social, e a melhor destinação dos recursos de pessoal e tecnológico, fruto da governança, ou do conjunto de processos, práticas, políticas e estruturas que estabelecem a maneira como a instituição realizará as suas atividades.

15. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

À luz da metodologia proposta na cartilha do Modelo de Plano de Transformação Digital do CNJ (2021), para serem definidos os papéis e responsabilidades, utilizou-se uma matriz RACI. Visando facilitar a gestão e o comprometimento das partes envolvidas, o uso desse instrumento permite atribuir aos membros as funções de responsável (R) – quem deve executar a atividade, aprovador ou autoridade (A) – quem deve responder pela atividade, consultado (C) – quem deve ou pode ser consultado durante a execução da atividade, e informado (I) – quem deve receber a informação de que uma atividade foi executada.

No contexto do TJSC, os papéis envolvidos na estruturação, aprovação, execução, gestão, monitoramento e acompanhamento do PTD são:

- GTM-PTD – Grupo de Trabalho Multidisciplinar da elaboração do PTD;
- CGovTI – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação;
- ExePTD – Instância ou equipe designada para acompanhar a execução do PTD; e
- Dono do Produto – Responsável pelo serviço.

Dessa forma, a matriz RACI para o PTD do TJSC foi estruturada como apresentado na Tabela 8.

Tabela 8. Matriz RACI

Atividades	Papéis			
	GTM-PTD	CGovTI	ExePTD	Dono do Produto
Estruturação do PTD	R	A / C	-	C / I
Aprovação do PTD	C / I	A / R	-	I
Gestão e monitoramento da execução do PTD	I	I	A / R	C / I
Monitoramento dos serviços após entrega	-	-	I	A / R
Revisão periódica do PTD	-	C / I	A / R	C / I

16. ANEXOS

16.1. Anexo 1: Links e referências interessantes sobre Transformação Digital

- CNJ – Resolução n. 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3706>
- CNJ – Modelo do Plano de Transformação Digital – PTD (2021) www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/modelo-ptd-20210317.pdf
- TJSC – Cadeia de valor do Poder Judiciário de Santa Catarina www.tjsc.jus.br/web/gestao-estrategica/gestao-de-processos/cadeia-de-valor.
- TJSC – Processos de TIC da Diretoria de Tecnologia da Informação www.tjsc.jus.br/web/tecnologia-da-informacao/processos-de-ti
- TJSC – Carta de Serviços ao Usuário www.tjsc.jus.br/web/carta-de-servicos-ao-usuario



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina